

AVALIANDO PARTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA ATÉ 2000

Rui Ribeiro de Campos¹
Odeibler Santo Guidugli²

Resumo: Este artigo faz um inventário de dissertações e teses de Geografia defendidas até o ano de 2.000, em uma tentativa de verificar a intensidade e o panorama da produção acadêmica brasileira das produções ligadas à história do pensamento geográfico brasileiro. Analisa trabalhos de pós-graduação desta natureza realizados na UNESP e na USP, outros que procuram fazer uma análise da geografia existente em obras literárias brasileiras, e alguns de outras áreas, mas referentes à Geografia. Também procura traçar um painel da situação da pós-graduação em Geografia no Brasil.

Palavras-Chave: pós-graduação em Geografia no Brasil; pensamento geográfico brasileiro; inventário de dissertações e teses.

ASSESSING PART OF GEOGRAPHY GRADUATE COURSES UNTIL THE YEAR 2000

Abstract: This article does an inventory of the Geography dissertations and theses presented until the year 2000. It is an attempt to verify the strength and panorama of Brazilian academic production related to the History of Geographic Thought in Brazil. It analyses graduate works of this kind that were produced in two universities, UNESP and USP, along with other works that analyze the geography issues encountered in Brazilian literary works, as well as works from other disciplines that have a connection with Geography. It also draws a picture of the state of the art of Geography graduate courses in Brazil.

Keywords: Brazilian Geography graduate courses; Brazilian geographic thought; inventory of dissertations and theses.

¹ Professor de Epistemologia da Geografia e de Pensamento Geográfico Brasileiro na PUC-Campinas e doutor em Geografia pela UNESP - Rio Claro. ruicampos@puc-campinas.edu.br

² Professor de Geografia da População na UNESP - Rio Claro e Doutor em Geografia. odeibler@rc.unesp.br.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

“Ocultar o começo, as origens, é, muitas vezes, uma forma de adiar a chegada do novo.”

A pesquisa por nós realizada ^(***), de analisar a produção bibliográfica de Josué de Castro (1908-1973), tendo como eixo a questão populacional, abordou uma importante personalidade que ficou à margem da *geografia oficial* e, por isto, sentiu-se a necessidade de estudar trabalhos que analisaram autores não considerados geógrafos em sua época. Como estudaríamos alguém importante na história da ciência geográfica brasileira? Fomos verificar, em trabalhos de natureza semelhante, os métodos, as técnicas, os instrumentos utilizados, como uma forma de aprendizagem para a realização de nossa proposta. Ou seja, compreendeu-se a precisão de entrar em contato com dissertações e teses que buscaram refletir sobre o trabalho de um autor importante para a história da Geografia brasileira. Para isto, realizamos, primeiramente, um inventário das dissertações e teses defendidas – e lemos a maioria delas –, até o ano de 2000, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Universidade de São Paulo (USP), que possuíam natureza semelhante ao trabalho proposto. Ainda que parcial e limitado a duas universidades paulistas, pudemos verificar que carecemos de uma historiografia das ideias geográficas brasileiras, apesar dela ser fundamental nos momentos de impasses metodológicos e epistemológicos, além de permitir um melhor exercício profissional, o que transforma em algo fundamental o estudo do pensamento geográfico nos cursos de graduação. Em 1980, Monteiro escreveu:

O levantamento das ‘vozes esquecidas’ da Geografia no Brasil está para ser feito e, felizmente (ou infelizmente), revelará que não temos sido o deserto total de idéias. As obras de nossos geógrafos pioneiros, notadamente aquelas de Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser – para citar apenas dois dos mais expressivos – estão para ser reexaminadas e reavaliadas. E não apenas no campo específico da Geografia. Boa prática de valorização cultural é a de vincular a ciência à própria criação artística. Assim como há avaliações sociológicas e históricas da produção literária, por que não haverá de ter lugar uma avaliação geográfica? Seja no contexto mais antigo de ‘ciência’ sob forma artística – como em Euclides da Cunha – seja naquele mais contemporâneo, de extrair riqueza geográfica de criação literária – como em Guimarães Rosa – há muito o que fazer (MONTEIRO, 1980, p.39).

É interessante observar que os autores citados no parágrafo anterior foram objeto de estudos por parte de geógrafos após a publicação do texto: Delgado de Carvalho por Ferraz (1994), Everardo Backheuser por Anselmo (2000), o mesmo ocorrendo com a proposta de avaliação geográfica da produção literária: Euclides da Cunha foi analisado por Antonio Filho (1990) e Guimarães Rosa por Ferreira (1990).

Estes aspectos tornaram a nossa proposta mais intrigante. A possibilidade de estarmos pesquisando mais uma “voz esquecida” se transformou em um acontecimento animador. O fato de ser a respeito de um autor falecido há quase

^(***) Este artigo constitui-se do primeiro capítulo – com supressões – da tese de doutorado *A Dimensão Populacional na Obra de Josué de Castro*, defendida na UNESP - Rio Claro em 2.004.

trinta anos não retira o valor do trabalho; ao contrário, fornece nexos causais que explicam, ou possibilitam avanços nas ciências. O importante é não se esquecer de que as teorias, ao contrário das doutrinas, nascem para morrer, para serem superadas. Isto somente acontece se forem constantemente retomadas.

Ao analisarmos a obra de um autor não podemos esquecer de que as teorias são produções sociais datadas e de que o surgimento de um novo período histórico requisita a produção de novos conceitos, pois são eles que também possibilitam o novo período. Entretanto, as novas teorias e os novos conceitos existem porque outras teorias e conceitos os antecederam, e os novos trazem os pretéritos agregados a eles. Este é o motivo pelo qual é difícil trabalhar de modo adequado, em qualquer área, se se desconhece o decurso de suas transformações, decurso este que não é isolado do contexto histórico e nem da ideologia de quem produz o conhecimento.

Fatos e teorias científicas sofrem influências das características da estruturação social, do poder vigente e da ideologia dominante. O paradigma científico dominante possui em seu fracasso a possibilidade de emergência de outro. Nas ciências sociais é comum a convivência de diversos paradigmas científicos e aquele que, em determinado momento, predomina não é, necessariamente, o mais correto, nem é o mais novo. Uma concepção rechaçada em uma época pode ser adotada em outra. Daí ser fundamental o estudo da epistemologia de uma ciência. O novo traz, nem sempre com o mesmo significado, aspectos dos anteriores. A crítica ao pensamento dominante e o repensar as propostas anteriores são os possibilitadores da continuação do processo, são, também, os impedidores da estagnação. Isto justifica o estudo de qualquer autor do passado.

Por estes motivos, resolveu-se realizar – além do inventário de trabalhos de natureza semelhante à nossa pesquisa na UNESP-Rio Claro e na USP – um levantamento das dissertações de mestrado e das teses de doutorado nesta área em outras instituições, para poder ampliar o panorama da produção acadêmica brasileira e verificar a intensidade da presença de estudos relativos à história do pensamento geográfico brasileiro em alguns centros de pesquisa. Neste contexto, ele será visto como um contribuinte para esta tarefa, à partir de olhares mais voltados para a questão da população.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

“Não há nada mais prático que uma boa teoria.” (Kurt Lewin)

Considerando-se a pós-graduação como uma das fontes principais para as tarefas de construção do pensamento geográfico, a análise de seus produtos se tornou relevante para o inventário e a interpretação de seus cursos e programas. Os primeiros cursos de Geografia a integrarem, em 1971, o Sistema Nacional de Pós-graduação, foram os de *Geografia Física* e *Geografia Humana* da Universidade de São Paulo (USP). Tanto na década de 1970 quanto na de 1980, o crescimento do número de cursos foi pequeno; existiam cinco cursos de mestrado e dois de doutorado em Geografia na década de 1970, e quatro de mestrado e um de doutorado na seguinte. No fim da década de oitenta, a área possuía nove cursos de mestrado e três de doutorado. Somente na década passada, surgiram doze cursos

de mestrado (onze entre 1996 e 2000) e quatro de doutorado (três entre 1996 e 2000).

Tabela 1. Número de programas de pós-graduação em Geografia, por curso, em 1971, 1981, 1996 e 2001

| Ano | Mestrado | Doutorado ³ |
|------|----------|------------------------|
| 1971 | 02 | 02 |
| 1981 | 05 | 02 |
| 1991 | 09 | 03 |
| 2001 | 21 | 07 |

Fonte: CAPES, 2002
Organizada pelo autor.

A pouca quantidade destes cursos é uma das explicações para o reduzido número de mestres e doutores da área, no período. Isto permite inferir que, porção significativa dos cursos de graduação, principalmente em instituições privadas, contava com um número limitado de docentes titulados. Como demonstram os dados citados, o crescimento foi muito grande na década de 1990, surgindo, em sua segunda metade, o dobro do total de cursos existente anteriormente. O processo pode ser mais bem visualizado nos quadros a seguir:

Tabela 2. Pós-graduação em Geografia – Mestrado – cursos criados entre 1970 e 2000. (número de cursos novos por período)

| Data da Criação de Mestrados em Geografia | Número de Mestrados em Geografia criados no período | Total de Mestrados criados no período |
|---|---|---------------------------------------|
| 1970/75 | 03 | 03 |
| 1976/80 | 02 | 05 |
| 1981/85 | 02 | 07 |
| 1986/90 | 02 | 09 |
| 1991/95 | 01 | 10 |
| 1996/2000 | 11 | 21 |

Fonte: www.capes.gov.br – 2002

Tabela 3. Pós-graduação em Geografia – Doutorado – cursos criados entre 1970 e 2000. (número de cursos novos por período)

| Períodos | Nº. de cursos novos de Doutorado em Geografia | Total |
|-----------|---|-------|
| 1970/75 | 02 | 02 |
| 1976/80 | 00 | 02 |
| 1981/85 | 01 | 03 |
| 1986/90 | 00 | 03 |
| 1991/95 | 01 | 04 |
| 1996/2000 | 03 | 07 |

Fonte: www.capes.gov.br – 2002

³ Todos os cursos de Doutorado possuíam também o de Mestrado. Portanto, somente de Mestrado, *strictu sensu*, o país não tinha nenhum curso em 1971, três em 1981, seis em 1991 e catorze em 2001. Os dados se referem somente aos cursos integrados ao Sistema Nacional de Pós-graduação e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Todavia, este crescimento não foi espacialmente bem distribuído pois, dos vinte e um cursos de mestrado, nove estavam na região Sudeste, cinco na Sul, cinco no Nordeste e dois no Centro-Oeste. A região Norte, até o ano 2000, não possuía nenhum curso⁴. Em relação aos cursos de doutorado, a concentração espacial era ainda maior, com seis situados na região Sudeste e somente um na região Sul, permanecendo as demais regiões sem os mesmos.

Tabela 4. Distribuição, por regiões, dos cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia, no ano de 2001 (nº de cursos e percentual em relação ao país)

| Região | Mestrado | % | Doutorado | % |
|--------------|----------|-------|-----------|-------|
| Norte | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Nordeste | 5 | 23,8 | 0 | 0,0 |
| Sudeste | 9 | 42,9 | 6 | 85,7 |
| Sul | 5 | 23,8 | 1 | 14,3 |
| Centro-Oeste | 2 | 9,5 | 0 | 0,0 |
| Total | 21 | 100,0 | 7 | 100,0 |

Fonte dos dados: CAPES, 2002
Organizado pelo autor.

Estes cursos sofreram avaliações, que foram realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – órgão do Ministério da Educação (MEC) –, em 1996/1997 e em 2000/2001. Em razão dos critérios adotados na primeira avaliação serem considerados inadequados pela própria CAPES⁵, resolveu-se levar em consideração somente os conceitos⁶ obtidos na segunda avaliação. Dos vinte e um programas de pós-graduação em Geografia, 42,9% obtiveram nota quatro; 19% nota três, 14,3% nota cinco, o mesmo percentual para a nota seis e somente 9,5% obtiveram a nota máxima. Os cinco programas melhores avaliados (notas seis e sete) se encontravam na região Sudeste, e todos os treze programas que receberam as menores notas (três e quatro) se encontravam nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Ou seja, a distribuição das avaliações ocorreu, também, nos mesmos moldes da distribuição da renda no Brasil.

Tabela 5. Distribuição das notas (avaliação 1999/2000) dos cursos de pós-graduação em Geografia

| Notas | Número de Cursos |
|--------|------------------|
| Nota 3 | 04 |
| Nota 4 | 09 |
| Nota 5 | 03 |
| Nota 6 | 03 |
| Nota 7 | 02 |

Fonte: CAPES, junho de 2002.

⁴ As divisões regionais citadas seguem o critério ainda adotado pelo IBGE. Em março de 2002, foram reconhecidos pela CAPES mais três cursos de mestrado (FUFMS, UFMT e UNICAMP) e um de doutorado (UNICAMP). Ou seja, a região Norte permanecia sem curso de pós-graduação (*strictu sensu*) em Geografia.

⁵ A área Geografia está inserida na grande área de Ciências Humanas. Segundo a CAPES, predominaram critérios de avaliação subjetivos (mesmo para dados quantitativos) e, pelo fato de ser a primeira apreciação, os relatórios apresentados não retrataram, necessariamente, a situação real dos programas de pós-graduação. Na avaliação de 1996/1997, a comissão decidiu, inclusive, não atribuir à nota máxima (sete) a nenhum programa. Somente dois programas (UFRJ e UNESP-Rio Claro) obtiveram nota seis.

⁶ Os níveis de avaliação vão de um a sete. Os níveis 1 e 2 foram dados a programas de pós-graduação considerados com condições completamente insatisfatórias.

Tabela 6. Percentagem dos conceitos obtidos pelos cursos de pós-graduação em Geografia em 2.000.

| Conceitos obtidos | Percentual obtido pelos Cursos de Geografia |
|-------------------|---|
| 1 | 00,0 % |
| 2 | 00,0 % |
| 3 | 19,0 % |
| 4 | 42,9 % |
| 5 | 14,3 % |
| 6 | 14,3 % |
| 7 | 09,5 % |
| Total | 100% |

Fonte dos dados: CAPES/MEC, 2002.
Cálculos e organização do autor.

Tabela 7. Notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação em Geografia na avaliação 1999/2000.

| Instituição de Ensino Superior (IES) | UF | Nível | Conceito |
|---|----|-------|----------|
| Universidade Federal da Bahia – UFBA | BA | M | 4 |
| Universidade Estadual do Ceará – UECE | CE | M | 3 |
| Universidade de Brasília – UNB | DF | M | 3 |
| Universidade Federal de Goiás – UFG | GO | M | 4 |
| Universidade Federal de Uberlândia – UFU | MG | M | 5 |
| Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG | MG | M | 5 |
| Universidade Federal de Pernambuco – UFPE | PE | M | 4 |
| Universidade Estadual de Maringá – UEM | PR | M | 4 |
| Universidade Federal do Paraná – UFPR | PR | M | 4 |
| Universidade Federal Fluminense – UFF | RJ | M/D | 4 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ | RJ | M/D | 7 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN | RN | M | 3 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS | RS | M | 4 |
| Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | SC | M/D | 5 |
| Universidade Federal de Sergipe – UFSE | SE | M | 4 |
| Universidade Estadual Paulista/Pres. Prudente - UNESP/PP | SP | M/D | 6 |
| Universidade Estadual Paulista/Rio Claro – UNESP/RC | SP | M/D | 6 |
| Universidade de São Paulo (Geografia Física) – USP | SP | M/D | 6 |
| Universidade de São Paulo (Geografia Humana) – USP | SP | M/D | 7 |
| Universidade Estadual de Londrina – UEL | PR | M | 3 |
| Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG | MG | M | 4 |

Fonte: CAPES/MEC, 2002.
Organizado pelo autor.

Algumas instituições obtiveram conceitos baixos em razão dos seus cursos terem sido criados recentemente. Até julho de 2002, por exemplo, nenhuma dissertação havia sido defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte ou no curso de mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, pois eles ainda não possuíam nem dois anos de existência. Isto deve ser levado em consideração, inclusive na análise da tabela quatro, para evitar avaliações regionais precipitadas.

Tabela 8. Conceitos obtidos pelos programas de pós-graduação em Geografia, segundo as regiões brasileiras (nº de programas)⁷ em 2.000.

| Regiões | Conceitos obtidos | | | | | | |
|--------------|-------------------|-----|------|------|------|------|-----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Norte | - | - | - | - | - | - | - |
| Nordeste | - | - | 2 | 3 | - | - | - |
| Sudeste | - | - | - | 2 | 2 | 3 | 2 |
| Sul | - | - | 1 | 3 | 1 | - | - |
| Centro-Oeste | - | - | 1 | 1 | - | - | - |
| Total | 0 | 0 | 4 | 9 | 3 | 3 | 2 |
| Porcentagem | 0,0 | 0,0 | 19,0 | 42,9 | 14,3 | 14,3 | 9,5 |

Fonte dos dados: CAPES/MEC, 2002.

Organizados pelo autor.

Estes dados, além de permitirem uma visualização da concentração quantitativa e qualitativa dos programas no espaço brasileiro, também demonstraram que a maioria deles é recente, o que pode explicar a baixa avaliação de diversos cursos. Apesar disto, é elevado o número de dissertações e teses, considerando o pouco tempo de existência da maioria dos programas. É importante destacar que, apesar dos problemas existentes, nenhum programa obteve uma avaliação considerada completamente insatisfatória quanto à estrutura curricular, titulação de alunos, corpo docente, produção intelectual, atividades de pesquisa e infraestrutura, que foram os quesitos avaliados.

Este levantamento teve a função de delinear o perfil do conjunto de programas de pós-graduação em Geografia, nos quais foi inventariada a maioria das dissertações e teses defendidas no período e, também, para verificar a frequência de trabalhos na linha de pesquisa referente ao pensamento geográfico brasileiro, para melhor situar o nosso trabalho. Foi surpreendente o elevado número de dissertações e teses na área de Educação ligadas, principalmente, ao ensino de Geografia⁸. Em áreas como: Ciências Sociais, Economia, Linguística, Geociências e outras, também existem trabalhos, se não ligados diretamente à ciência geográfica, relativos a temas contemplados por ela. O levantamento, a partir de dados da CAPES e de algumas Instituições de Ensino Superior (IES), permitiu apresentar uma amostragem significativa dos trabalhos realizados entre 1996 e 2001, de todas as IES com programas de pós-graduação em Geografia. A partir do título, procuramos enquadrar estes trabalhos em grupos, de modo a estabelecer uma visão panorâmica dos objetos de análise mais frequentes.

Toda classificação peca ao procurar incluir em parâmetros restritos um determinado trabalho, ainda mais quando é feita a partir de títulos e resumos. Em Geografia, possuidora da prática de analisar diversos aspectos de uma totalidade, qualquer indexação é perigosa e limitante. Portanto, o que foi elaborado a seguir oferece um panorama estreito, pois teve como principal finalidade a verificação da presença/ausência de atividades acadêmicas ligadas à epistemologia da ciência geográfica no Brasil.

⁷ Os conceitos obtidos pelas IES que possuem Mestrado e Doutorado foram os mesmos para os dois programas.

⁸ Em um levantamento precário, por mera curiosidade, encontramos, somente no período 1996-2001, mais de quarenta dissertações e teses sobre Geografia na área de Educação.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Tabela 9. Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia, de 1996 a 2001

| Temas | Dissertações de Mestrado | | Teses de Doutorado | |
|--|--------------------------|------------|--------------------|-------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 22 | 13,9 | 10 | 13,5 |
| 2. Geografia e ensino | 21 | 13,3 | 9 | 12,2 |
| 3. Aspectos naturais específicos (<i>geografia física</i>) | 20 | 12,7 | 3 | 4,1 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 15 | 9,5 | 4 | 5,4 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 12 | 7,6 | 4 | 5,4 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 16 | 10,1 | 8 | 10,8 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço ⁹ , território, lugar, região etc.) e metodológicas | 11 | 7,0 | 6 | 8,1 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 8 | 5,1 | 1 | 1,3 |
| 9. Geografia e Turismo | 6 | 3,8 | 3 | 4,1 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 5 | 3,2 | 3 | 4,1 |
| 11. História do pensamento geográfico brasileiro | 4 | 2,5 | 9 | 12,2 |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 4 | 2,5 | 4 | 5,4 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 2 | 1,3 | 4 | 5,4 |
| 14. Outros | 12 | 7,6 | 3 | 4,1 |
| Total | 158 | 100 | 74 | 100 |

Fonte: CAPES/MEC, 2002, e pesquisas do autor.
Organização do autor

Nas dissertações de mestrado, houve um destaque para os trabalhos relacionados a problemas urbanos, ensino de Geografia (notadamente no nível fundamental) e estudos relacionados ao que se convencionou chamar de *geografia física*. Estes três temas abarcaram, aproximadamente, 40% das dissertações de mestrado elencadas, entre 1996 e 2001. Aquelas ligadas, diretamente, à história do pensamento geográfico brasileiro foram, quantitativamente falando, pouco expressivas, situando-se entre os temas menos frequentes nestes estudos.

Nas teses de doutorado, os trabalhos referentes à história do pensamento geográfico brasileiro foram mais significativos, tendo este tema se situado entre os três mais abordados, conjuntamente com questões urbanas e de geografia e ensino, totalizando mais de 1/3 das defesas. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, estudo de bairros e de problemas de saúde ou moradia, entre outros) foi o tema mais abordado quer nas dissertações quer nas teses. Em segundo lugar, também nos dois casos, se encontrava o tema Geografia e Ensino. Ainda pouco significativa, em razão das mudanças espaciais que a atividade provoca, foi a quantidade de trabalhos relacionados à análise geográfica do turismo. A novidade, realmente, foi a presença de temas relacionados à história do pensamento geográfico brasileiro, os quais, dos últimos lugares entre as dissertações, se encontravam em segundo (empatado com geografia e ensino) entre as teses de doutorado. A presença discreta deste assunto, principalmente no mestrado, talvez derive do fato de o mesmo ser pouco abordado durante o curso de graduação e não

⁹ Duas dissertações e duas teses foram referentes à *espaço e doença*, enquadrando-se na chamada *geografia médica*. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678-698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

decorrente da ausência de autores a serem estudados. Desafios teóricos e metodológicos para trabalhos desta natureza também podem ser a causa.

As primeiras teses em Geografia, no país, foram defendidas na USP. A pioneira, de *Geografia Humana*, intitulada **Santos e a geografia humana do litoral paulista**, elaborada por Maria da Conceição Vicente de Carvalho sob a orientação de Pierre Monbeig, foi defendida em 23 de novembro de 1944. A primeira de *Geografia Física* foi a de João Dias da Silveira, orientada pelo mesmo geógrafo e apresentada em 1946: **Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira**. Até 1960 aconteceram, somente, nove defesas de teses, sendo sete de Geografia Humana. Dada a importância histórica, além do fato de ser a única universidade a possuir dois programas de pós-graduação, no mesmo *campus*, considerados como distintos pela CAPES, resolveu-se, elaborar uma tabela dos trabalhos realizados na USP até o final do século XX. Na tabela anterior, colocou-se até o ano de 2.001, porque a pretensão era retratar a produção ocorrida entre a primeira e a segunda avaliação feita pela CAPES. Nas tabelas seguintes, com a utilização dos mesmos critérios¹⁰, procurou-se caracterizar toda a produção da pós-graduação, nas universidades citadas, até o ano de 2.000, objetivando realizar um balanço do século XX.

Tabela 10. Temas abordados nas dissertações e teses de pós-graduação em Geografia na USP até 2000

| Temas | Geografia Física | | | | Geografia Humana | | | |
|--|------------------|------|-----------|------|------------------|------|-----------|------|
| | Mestrado | | Doutorado | | Mestrado | | Doutorado | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 04 | 2,3 | 01 | 0,8 | 86 | 27,9 | 43 | 20,8 |
| 2. Geografia e ensino | 10 | 5,8 | 03 | 2,4 | 14 | 4,6 | 07 | 3,4 |
| 3. Aspectos naturais específicos (<i>geografia física</i>) | 102 | 59,6 | 76 | 61,8 | 02 | 0,6 | 03 | 1,4 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 02 | 1,2 | 01 | 0,8 | 65 | 21,1 | 34 | 16,4 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 22 | 12,9 | 20 | 16,3 | 10 | 3,2 | 08 | 3,9 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 16 | 9,4 | 09 | 7,3 | 11 | 3,6 | 10 | 4,9 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 05 | 2,9 | 06 | 4,9 | 14 | 4,6 | 08 | 3,9 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 01 | 0,6 | 00 | 0,0 | 19 | 6,2 | 07 | 3,4 |
| 9. Geografia e Turismo | 00 | 0,0 | 02 | 1,6 | 08 | 2,6 | 07 | 3,4 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 29 | 9,4 | 17 | 8,2 |

¹⁰ Nas duas situações, ocorreram casos em que foi difícil a inserção em determinado grupo, como os trabalhos que se referiam à agricultura e à indústria em uma localidade ou região, ou relacionados a toda a cadeia produtiva de algum produto agrícola; na maioria dos casos, optou-se pelo item 14 (Outros).

| | | | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 11. História do pensamento geográfico brasileiro | 00 | 0,0 | 01 | 0,8 | 05 | 1,6 | 03 | 1,4 |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 02 | 1,2 | 00 | 0,0 | 11 | 3,6 | 17 | 8,2 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 04 | 1,3 | 03 | 1,4 |
| 14. Outros | 07 | 4,1 | 04 | 3,3 | 30 | 9,7 | 40 | 19,3 |
| Total | 171 | 100 | 123 | 100 | 308 | 100 | 207 | 100 |

Fonte: www.geografia.fflch.usp.br;

Organização do autor

No programa Geografia Física, como era de se esperar, aproximadamente 3/5 das teses e dissertações versaram sobre aspectos naturais específicos; nos últimos anos, as questões ambientais começaram a se destacar. Na categoria *Geografia e ensino*, sobressaíram os temas ligados aos trabalhos com mapas nas escolas. Sobre esta categoria, cabe ressaltar que a maioria dos trabalhos, conforme o levantamento feito no período 1996-2001 tem sido realizada na área da Educação e não na de Geografia. Foi uma surpresa a descoberta de dois estudos, intitulados como de *geografia médica* e de orientadores diferentes, neste programa de pós-graduação¹¹. Se existiram textos sobre a aplicação de determinadas técnicas de análise, faltaram outros abordando *teorias da natureza*, pois, destes, nada encontramos. Quanto ao objetivo principal da investigação, somente uma tese, analisando a cartografia brasileira¹², pôde ser incluída como referente à história do pensamento geográfico brasileiro.

No programa Geografia Humana, os trabalhos pioneiros foram típicas *monografias urbanas*, refletindo a escola geográfica dominante no período. O tema: *questões urbanas* foi o predominante, tanto nas dissertações quanto nas teses, seguido também, nos dois casos, por aqueles ligados às atividades agropecuárias. Sobre a história do pensamento geográfico brasileiro, a participação foi, percentualmente, muito baixa, inferior aos percentuais encontrados na análise dos trabalhos feitos no país entre 1996 e 2001 e nos realizados, de 1980 a 2.000, na UNESP, *campus* de Rio Claro. Entretanto, entre as IES pesquisadas, esta foi uma das poucas a conter trabalhos sobre o pensamento de geógrafos estrangeiros e a mais expressiva a respeito de análises conceituais¹³.

¹¹ SOBRAL, Helena Ribeiro W. **Poluição do ar e doenças respiratórias em crianças da Grande São Paulo: um estudo de Geografia Médica**, tese defendida em 19/07/1988, e a tese de COSTA, Maria Eugênia Moreira. **Ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu – margem esquerda – Paraná – um estudo de geografia médica**, em 04/07/1996.

¹² ARCHELA, Rosely Sampaio. **Análise da cartografia brasileira – Bibliografia da Cartografia na geografia no período de 1935-1997**, cuja defesa ocorreu em 18/10/2000.

¹³ Exemplificam a primeira afirmação os seguintes trabalhos: MEGALE, Januário Francisco. **Geografia e sociologia – introdução ao estudo de Max Sorre** (tese; 14/04/1980); MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexander von Humboldt, Karl Ritter, Friedrich Ratzel** (dissertação; 21/10/1983); ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel** (tese; 02/10/1997). Como contribuição à presença da Geografia no país, encontram-se ainda os textos de DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)** (dissertação; 04/04/1994) e RUDZIT, Gunther. **O processo de formação do oficial do exército brasileiro e a geografia (1850-1930)** (dissertação; 23/06/1997). Entre as que foram buscar a *geografia* contida em autores literários, podem ser citados: MUNERATTI, Eduardo. **Atos agrestes: uma abordagem geográfica na obra de Graciliano Ramos** (dissertação; 31/11/1994); BESSA, Vagner de Carvalho. **Território e desenvolvimento: as ideologias na obra de Graciliano Ramos** (dissertação; 31/10/1994). Se trabalhos sobre metodologias ocorrerem em diversas IES, na USP-Geografia Humana houve a presença mais marcante das análises conceituais; ilustram, entre várias: SALVI, Rosana Figueiredo. **Estudo do tempo na geografia humana brasileira como uma categoria do Estudos Geográficos**, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Com a mesma finalidade, resolveu-se fazer um balanço da produção dos dois *campi* da UNESP. No *campus* de Rio Claro (UNESP/RC), a primeira defesa de uma dissertação ocorreu em 1980 e a primeira tese foi defendida em 1987. Em Presidente Prudente (UNESP/PP), a primeira dissertação também foi defendida em 1980, mas a primeira tese somente em 1999; como foram poucas até o ano de 2.000 (somente quatro¹⁴), decidiu-se não incluí-las por não possibilitarem uma visão de linha ou de tendências do curso.

Tabela11. Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia na UNESP até 2.000

| Temas | Mestrado | | | | Doutorado | |
|--|------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | UNESP/RC | | UNESP/PP | | UNESP/R C | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 25 | 14,9 | 22 | 20,4 | 03 | 3,8 |
| 2. Geografia e ensino | 08 | 4,8 | 08 | 7,4 | 02 | 2,5 |
| 3. Aspectos naturais específicos (<i>geografia física</i>) | 33 | 19,6 | 10 | 9,3 | 14 | 17,5 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais) | 35 | 20,8 | 22 | 20,4 | 14 | 17,5 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 18 | 10,7 | 21 | 19,5 | 13 | 16,2 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos | 15 | 8,9 | 02 | 1,8 | 06 | 7,5 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, Lugar, região etc.) e metodológicas | 03 | 1,8 | 01 | 0,9 | 05 | 6,3 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 12 | 7,1 | 05 | 4,6 | 05 | 6,3 |
| 9. Geografia e Turismo | 01 | 0,6 | 02 | 1,8 | 01 | 1,2 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 08 | 4,8 | 06 | 5,6 | 01 | 1,2 |
| 11. História do pensamento geográfico brasileiro | 03 | 1,8 | 01 | 0,9 | 03 | 3,8 |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 00 | 0,0 | 01 | 0,9 | 07 | 8,7 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 01 | 0,6 | 00 | 0,0 | 01 | 1,2 |
| 14. Outros | 06 | 3,6 | 07 | 6,5 | 05 | 6,3 |
| Total | 168 | 100,0 | 108 | 100,0 | 80 | 100,0 |

Fonte: pesquisas do autor
Organizado pelo autor

Nas dissertações e teses nos *campi* da UNESP, observou-se um percentual muito baixo de trabalhos relacionados aos temas: político-administrativos e

método (dissertação; 25/05/1993); MOREIRA, Rui. **Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica das sociedades** (tese; 09/12/1994); MARTINS, Elvio Rodrigues. **Da Geografia à ciência geográfica e o discurso lógico** (tese; 23/05/1997); LOPES, Iole Ilíada. **O lugar da razão e a razão do lugar. Uma aproximação preliminar entre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a Geografia** (dissertação; 17/12/1997).

¹⁴ Nenhuma delas referente à história do pensamento geográfico brasileiro, incluindo as defendidas (foram treze) até julho de 2.002. Entre as dissertações, houve uma relacionada especificamente à fome (STACCIARINI, J. Henrique R. *A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida: um estudo de caso sobre a atuação do Comitê de Catalão-GO*, defendida em 1998).

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

geopolíticos, aspectos específicos da cultura brasileira (somente dois, relacionados à literatura), geografia e turismo, análises conceituais e história do pensamento geográfico nacional. Os de maior percentual foram os relativos às atividades agropecuárias, questões urbanas, aspectos naturais e questões ambientais. Ainda que em períodos diferentes quanto à duração, a comparação com os dados gerais do país, entre 1996 e 2001, e os totais das dissertações dos dois *campi* da UNESP, pode ajudar a estabelecer comparações. É importante destacar que, atualmente, existe uma tendência, em cada programa, por enfatizar determinados temas.

Tabela 12. Participação relativa dos temas abordados em trabalhos de pós-graduação na UNESP e no país.

| Nº do tema | Dissertações | | Teses | |
|------------|--------------|------------|------------|-------------|
| | UNESP (%) | Brasil (%) | UNESP (%) | Brasil (%) |
| 1 | 17,0 | 13,9 | 3,8 | 13,5 |
| 2 | 5,8 | 13,3 | 2,5 | 12,2 |
| 3 | 15,6 | 12,7 | 17,5 | 4,1 |
| 4 | 20,6 | 9,5 | 17,5 | 5,4 |
| 5 | 14,1 | 7,6 | 16,2 | 5,4 |
| 6 | 6,2 | 10,1 | 7,5 | 10,8 |
| 7 | 1,4 | 7,0 | 6,3 | 8,1 |
| 8 | 6,2 | 5,1 | 6,3 | 1,3 |
| 9 | 1,1 | 3,8 | 1,2 | 4,1 |
| 10 | 5,1 | 3,2 | 1,2 | 4,1 |
| 11 | 1,4 | 2,5 | 3,8 | 12,2 |
| 12 | 0,4 | 2,5 | 8,7 | 5,4 |
| 13 | 0,4 | 1,3 | 1,2 | 5,4 |
| 14 | 4,7 | 7,6 | 6,3 | 4,1 |

Fonte: UNESP

Organizado pelo autor

Observou-se entre as dissertações na UNESP, o predomínio de atividades agropecuárias, questões urbanas e aspectos naturais específicos. Foi diferente do restante do país (questões urbanas, geografia e ensino, aspectos naturais específicos) quanto ao tema predominante: atividades agropecuárias. Nas teses ocorreu um aspecto completamente diferente: enquanto na UNESP predominavam aspectos naturais específicos, atividades agropecuárias e questões ambientais, no país foram questões urbanas, geografia e ensino, e história do pensamento geográfico. Ficou patente que na UNESP (tanto no mestrado quanto no doutorado), o predomínio foi do tema ligado às atividades agropecuárias, enquanto no Brasil, nas dissertações e teses, o predomínio foi do tema questões urbanas, seguido de geografia e ensino. Nesta universidade paulista também houve destaque para questões ambientais (quarto e terceiro lugar, respectivamente) pouca presença da análise de um aspecto da cultura brasileira. História do pensamento geográfico brasileiro, com pequena participação na UNESP nos dois casos, demonstrou maior presença, no país, quanto às teses de pós-graduação.

Com estes dados em mãos, optou-se por fazer – inclusive pela dificuldade de obtenção de dados referentes a todo o país e pela importância do tema – um levantamento da produção da pós-graduação paulista em Geografia no século XX,

somando as dissertações e teses da UNESP¹⁵ e da USP. Com isto, pode-se abrir caminhos para outros trabalhos que tiverem a pretensão de aprofundar este assunto, inclusive realizando uma avaliação de toda a produção brasileira.

Tabela 13. Temas abordados em programas paulistas de pós-graduação em Geografia no século XX

| Temas | Mestrado | | Doutorado | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | Nº. | % | Nº. | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 137 | 18,1 | 48 | 11,6 |
| 2. Geografia e ensino | 40 | 5,3 | 12 | 2,9 |
| 3. Aspectos naturais específicos (<i>geografia física</i>) | 147 | 19,5 | 93 | 22,5 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 124 | 16,4 | 49 | 11,8 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 71 | 9,4 | 42 | 10,1 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 44 | 5,8 | 26 | 6,3 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 23 | 3,0 | 19 | 4,6 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 37 | 4,9 | 12 | 2,9 |
| 9. Geografia e Turismo | 11 | 1,5 | 10 | 2,4 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 43 | 5,7 | 18 | 4,3 |
| 11. História do pensamento geográfico brasileiro | 09 | 1,2 | 07 | 1,7 |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 14 | 1,9 | 24 | 5,8 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 05 | 0,7 | 04 | 1,0 |
| 14. Outros | 50 | 6,6 | 50 | 12,1 |
| Total | 755 | 100 | 414 | 100 |

Fontes: www.geografia.fflch.usp.br; posgrad@prudente.unesp.br; www.rc.unesp.br
Organização do autor

Os números deixaram patente os três primeiros temas (naturais específicos, questões urbanas, atividades agropecuárias), tanto nos mestrados quanto nos doutorados. O predomínio do primeiro lugar, nos dois casos, teve a seu favor o fato de, na USP, existir um programa específico do tema (*geografia física*); nos outros dois, ocorreu somente uma inversão de posições, quando modificado de dissertação para tese. Isto não aconteceu com os três últimos temas (aspecto da cultura brasileira, história do pensamento geográfico brasileiro, geografia e turismo), permanecendo aquele que mais nos interessava em penúltimo lugar, demonstrando o papel, quantitativo, pouco significativo do mesmo no quadro de opções.

Com a mesma preocupação, buscou-se dados de universidades fora do estado de São Paulo¹⁶, para verificar se existiam diferenças marcantes. Os mesmos

¹⁵ Nesta tabela, foram colocadas as quatro teses defendidas, até o ano 2.000, na Unesp/PP e que não foram incluídas na análise anterior.

¹⁶ Além das citadas na tabela dez, também foram pesquisadas as dissertações da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Em ambas, a primeira defesa ocorreu em 2.000 e totalizavam dez, em cada uma delas. Nas duas, ocorreram trabalhos relativos aos mesmos cinco temas (1 – 3 – 4 – 5 e 6) e, como pode ser visto, nenhum relacionado ao 11. O mesmo se sucedeu até julho de 2002 nas 33 dissertações da UEM e nas 49 da UFU. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

critérios foram utilizados e, como pode ser verificado na tabela que se segue, as diferenças não foram tão significativas. Conseguiu-se também o título de todos os resultados do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), até dezembro de 2002, mas sem as datas das defesas, o que impediu a elaboração de uma tabela até o último ano do século XX. Mesmo assim, vistoriou-se os títulos de todos os trabalhos, constatando que, nas cento e quatro dissertações¹⁷ e oito teses defendidas, não existia uma que se referisse, especificamente, à história do pensamento geográfico brasileiro. Procurou-se, ainda, referências sobre o assunto na única IES não pública do país que possuía pós-graduação em Geografia: o programa denominado de Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Ele tinha somente curso de mestrado, a primeira defesa acontecera em outubro de 1998 e, do total de quinze até o ano 2000, nenhuma se referia ao item 11 da tabela¹⁸. Também recente era o programa de mestrado da Universidade Estadual do Ceará (UECE); de novembro de 1998 ao final de 2.000, das vinte e cinco dissertações defendidas, nenhuma se enquadrava no item de número onze¹⁹. No Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), outro dos programas pesquisados, a primeira dissertação foi apresentada em 1992, e até o final do século passado, nenhuma pesquisa tinha sido realizada a respeito do tema de número onze²⁰.

Tabela 14. Temas abordados em dissertações de mestrado em Geografia na UFMG, UECE e PUC-Minas, até o ano de 2000

| Tema | UFMG | | UECE | | PUC-Minas | |
|---|------|------|------|------|-----------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 11 | 17,7 | 03 | 12,0 | 03 | 20,0 |
| 2. Geografia e ensino | 05 | 8,1 | 02 | 8,0 | 00 | 0,0 |
| 3. Aspectos naturais específicos (<i>geografia física</i>) | 13 | 21,0 | 06 | 24,0 | 01 | 6,7 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 08 | 12,9 | 00 | 0,0 | 03 | 20,0 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 07 | 11,3 | 08 | 32,0 | 00 | 0,0 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 05 | 8,1 | 03 | 12,0 | 04 | 26,6 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 02 | 3,2 | 00 | 0,0 | 01 | 6,7 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 02 | 3,2 | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 |
| 9. Geografia e Turismo | 02 | 3,2 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |

Pesquisamos, ainda, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual a primeira defesa de dissertação acontecera somente em 2000; houve um total de seis defesas no referido ano (duas relativas ao item 1, e uma para cada um dos seguintes: 2 – 5 – 7 – 12). Até agosto de 2002, tinham acontecido 31 defesas na UFRGS e nenhuma delas se encaixava no item 11.

¹⁷ Assim se distribuíram as dissertações: 1=21 (20,2%); 2= 01 (0,9%); 3= 24 (23,1%); 4= 11 (10,6%); 5= 16 (15,4%); 6= 03 (2,9%); 7= 02 (1,9%); 8= 08 (7,7%); 9= 05 (4,8%); 10= 02 (1,9%); 11= 00 (0,0%); 12= 03 (2,9%); 13= 00 (0,0%); 14= 08 (7,7%). Nas oito teses, também nenhuma se referia ao item 11.

¹⁸ Até julho de 2002, aconteceram 34 defesas; nenhuma delas se reportavam aos itens 8, 9 e 11.

¹⁹ Verificou-se até setembro de 2.002, e a situação permanecia a mesma.

²⁰ Até julho de 2002, já haviam sido registradas 115 defesas e, quanto ao item 11, a situação permanecia a mesma.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

| | | | | | | |
|--|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 02 | 13,3 |
| 11. História do pensamento geográfico brasileiro | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 00 | 0,0 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 00 | 0,0 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |
| 14. Outros | 07 | 11,3 | 00 | 0,0 | 01 | 6,7 |
| Total | 62 | 100 | 25 | 100 | 15 | 100 |

Fontes: sítios eletrônicos das IES citadas, em 2002.
Organização do autor.

A análise destes dados permitiu verificar que a geografia brasileira pouco se preocupou, até a década de 1980, em discutir sua sedimentação teórica, suas relações com o objeto de análise, ou seja, foi um exemplo de um saber que pouco refletiu sobre si mesmo. Mas o fato, de a história da ciência geográfica no país se encontrar ausente, no tipo de pesquisa aqui abordado, não causou uma grande surpresa, em face de um levantamento realizado anteriormente. Em 1990, com a finalidade de fundamentar o conteúdo e a bibliografia de uma disciplina a ser implantada²¹, entramos em contato com os cursos universitários de Geografia existentes no país. Ainda que pouco mais de uma dezena (principalmente as públicas) tenham respondido à nossa solicitação, o material recebido permitiu algumas conclusões. Entre elas, a de que muitos cursos de graduação em Geografia não possuíam, em seu currículo, uma disciplina voltada para a epistemologia da Geografia. Nas universidades que a possuíam, a análise do conteúdo programático possibilitou descobrir que a história da geografia brasileira era o grande tema ausente. Quando presente se restringia a um dos dilemas desta ciência, notadamente aqueles relacionados ao chamado *processo de renovação da Geografia*. Esta situação ajuda a explicar a pouca presença de estudos sobre a geografia brasileira ou sobre geógrafos que tiveram uma atuação destacada no país.

Assim, após estes estudos, procurou-se, para melhor fundamentar o trabalho, alicerçar-se em experiências de outras pessoas. Daí a leitura e análise de algumas dissertações e teses de natureza similar à nossa ou ligada àquilo que Monteiro (1980, p.39) chamou de “*extrair riqueza geográfica de criação literária*”. O levantamento realizado na UNESP e na USP, das dissertações e teses com este perfil, demonstrou que elas não atingiram a uma dezena e meia. Dada a significância destas duas instituições universitárias, pode-se inferir que ou a geografia brasileira é pouco significativa em ideias e propostas (o que veremos, no capítulo seguinte, que não é verdade) ou, temos estudado insuficientemente o nosso passado – fato este que dificultará o nosso futuro –, ou que os nossos cursos de graduação e pós-graduação têm sido omissos no estudo da epistemologia da geografia brasileira (o que parece ser correto).

²¹ A disciplina *Evolução do Pensamento Geográfico*, no curso de Geografia da PUC-Campinas, hoje cognominada de *Epistemologia da Geografia*.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

PERFIL DE ALGUMAS DISSERTAÇÕES E TESES VINCULADAS À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

“A crítica à realidade nacional só é consistente se embasada na esperança de uma outra ‘realidade’, ainda não real.”

Na busca de alicerces para a pesquisa, procuramos trabalhos, com objetivos semelhantes, tanto na UNESP quanto na USP realizados até o ano de 2.000. Não foram muitos os encontrados, mas foram muito importantes. Traçaremos aqui um perfil, de alguns deles, para melhor avaliar a contribuição dos mesmos à geografia brasileira e à pesquisa em desenvolvimento. As dissertações e teses lidas para este fim, aqui colocadas segundo a data da defesa, foram as seguintes:

Tabela 15. Identificação dos trabalhos analisados

| Título | Autor | Data | IES | M/D |
|---|-------------------------------------|------|-------|-----|
| A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação. | SANTOS, Wilson dos | 1984 | UNESP | M |
| O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação. | ANTONIO FILHO, Fadel David | 1990 | UNESP | M |
| O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. | FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira | 1994 | USP | M |
| Oliveira Vianna e a unidade-identidade do espaço brasileiro. | ANSELMO, Rita de Cássia M. de Souza | 1995 | UNESP | M |
| Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil. | SOUZA NETO, Manoel Fernandes de | 1997 | USP | M |
| O pensamento geográfico de Manoel Bomfim. | OLIVA, Teresinha Alves de | 1998 | UNESP | D |
| Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. | ANSELMO, Rita de Cássia M. de Souza | 2000 | UNESP | D |

Fontes: Unesp/RC e USP
Organizada pelo autor

Nesta procura, também foram vistos alguns textos acadêmicos relacionados à história da Geografia no país, como Almendra (1993), Antonio Filho (1995), Carvalho (1997), Colesanti (1984), Prêve (1988) e Vlach (1988), e ligados à procura de elementos geográficos em obras literárias específicas, como Araújo (1992), Ferreira (1990) e Wanderley (1997). A estes últimos, foi dedicado um item específico neste capítulo. Para a exposição a seguir, a opção foi pela sequência cronológica dos autores pesquisados, para facilitar a própria contextualização, não sendo, portanto, decorrente da importância maior ou menor atribuída às pesquisas realizadas.

Durante o Império e o início da República, as narrativas a respeito de nossa nacionalidade tiveram duas vertentes. A primeira, como fruto de nossas condições naturais, teve como elemento fundamental o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 na capital imperial. Possuía como objetivo principal reunir e organizar “os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”; também se constituíam em seus objetivos, a defesa da

centralização política e a preservação da propriedade fundiária e da escravidão (que dependiam da centralização). Sustentar a unidade territorial e *construir* a pátria brasileira eram, então, os objetivos primordiais e, por isso, para os seus membros, a História era mais importante do que a Geografia, sendo esta uma auxiliar daquela. À Geografia cabia a localização, a descrição do quadro natural, aí incluídos os fatores naturais que explicavam os fatos históricos e o futuro grandioso que nos esperava.

A História traria à luz as gloriosas memórias da pátria e a Geografia era o farol que vislumbrava o porvir grandioso. O Brasil era concebido como fruto da ação do branco português e o Grito do Ipiranga em 1822 o processo fundante como nação. Em 1838, por exemplo, o secretário adjunto do IHGB solicitou às províncias o envio de informações, de acordo com os dez itens solicitados; destes, somente um era sobre a parte geográfica. E a redação dele era elucidativa da concepção de geografia do IHGB:

Notícia circunstanciada da extensão da província, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direção de seus rios, e montanhas, da qualidade de seus terrenos, e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura, e pescarias, de tudo enfim que possa servir à história geográfica do país, e com possível exatidão e clareza. (apud VLACH, 1988, p.100)

Poucos foram os trabalhos de Geografia²² publicados na revista do IHGB e estes precisavam estar de acordo com os princípios doutrinários da instituição. Entre os princípios, estavam a *imparcialidade*, a *neutralidade* e o conceito de que o Estado era a nação; daí a procura de documentos oficiais e a colocação do Estado como sujeito e o povo como objeto da História.

A outra vertente, que foi se solidificando no período republicano, era pessimista em relação ao destino do país em razão de concepções evolucionistas deturpadas. A nossa natureza era *prodigiosa e abençoada*, mas o povo existente... . A primeira grande influência do período republicano foi o positivismo comteano, que aqui se apresentou de maneira diversa do europeu, com estudos superficiais sobre o mesmo e mesclado ao evolucionismo social de Herbert Spencer (1820-1903) que, contraditoriamente, pregava o individualismo extremado. As teorias racistas, ao lado do determinismo fisiográfico, completavam a explicação da pretensa inferioridade do homem tropical. Uma das mais importantes obras de nossa literatura, *Os Sertões* (1902), escrita por um autor positivista, estava repleta de explicações deterministas e racistas. Euclides da Cunha (1866-1909) colocava, frequentemente, como naturais as características dos sertanejos e chegou a colocar textos irritantes, como o a seguir:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço [...] é, quase sempre, um desequilibrado. [...] Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destróem-se segundo os caracteres positivos e

²² Um levantamento efetuado do período 1839-1946 mostrou que, dos 1671 artigos publicados, somente 417 (25%) eram de Geografia; e os cultores desta área não chegavam a 10% dos sócios do IHGB (VLACH, 1988, p.112). *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

negativos em presença. E o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. (CUNHA, 1982, p.86-87)

Neste livro, um dos poucos frutos positivos do massacre de Canudos, foi comum a utilização de conceitos de biologia para explicar a sociedade²³, a interpretação da sociedade por analogia a um organismo, a crença no dom profético da ciência, e até a *necessária* missão de levar aos selvagens e bárbaros a *verdadeira* civilização.

Vinculada diretamente à linha de pesquisa sobre a história do pensamento geográfico, a dissertação de Souza Neto (1997), intitulada **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil** realizou um importante resgate de um autor cujas discussões ainda se inserem no atual cotidiano nordestino. O objeto de estudo foram as obras geográficas do cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877) e o principal objetivo da pesquisa foi “[...] *o de buscar compreender que ‘Geografia’ era produzida em um país sem geógrafos e qual o papel desta disciplina para a elite no interior de um projeto para a nação.*” (SOUZA NETO, 1997, p. 9) A escolha do Senador Pompeu se deveu ao fato de ter “*produzido e reproduzido um pensamento geográfico merecedor de análise*” e pelo fato de o mesmo ter utilizado sua produção científica como instrumento de poder para os seus pares, para a elite cearense. A pesquisa também procurou compreender como se pensava a Geografia no país naquele período; daí buscar, não uma biografia do autor e sim uma análise da obra geográfica por ele produzida.

A dissertação foi dividida em cinco capítulos. O inicial traçou um breve histórico dos anos oitocentos, caracterizando as principais questões políticas, a estrutura senhorial e patrimonialista, baseada em doações e favores. Os fatos essenciais do Segundo Império foram colocados para melhor situar o autor estudado – um representante da elite imperial –, limitando a análise ao período compreendido entre 1845 e 1877, correspondente à entrada de Pompeu no *seleto clube do poder* ao ano de seu falecimento. O segundo capítulo procurou estabelecer o papel exercido pelo Senador Pompeu, através de uma sucinta biografia, com a preocupação maior de situá-lo na política de seu estado natal e de traçar os passos de sua carreira política. Neste mesmo capítulo, colocou a principal influência filosófica sofrida, analisou a prática da conciliação no seio da elite, a criação – por esta – da crença de um país em construção (*país de futuro*) e de que a solução era a *europização* do Brasil.

No terceiro capítulo analisou a principal obra didática do pesquisado, o *Compêndio Elementar de Geographia Geral e especial do Brasil* (1856, 536 páginas), que foi aprovada pelo IHGB e adotada no Colégio Pedro II, em liceus e em seminários. Discorreu sobre o método dialogístico por ele adotado²⁴, a divisão da obra (três secções: Cosmografia, Geografia Física e Geografia Política), o índice do livro (no qual fica patente o privilégio temático à Europa) e suas fontes (demonstrando que o modelo de livro didático de Geografia adotado era o francês). Fez ainda uma relação com a educação escolar da época e com a função da escola de disseminar o nacionalismo patriótico, baseado no território, para os poucos

²³ É necessário relembrar sempre que, uma das razões de nossa pobreza social foi a naturalização das desigualdades.

²⁴ O método dialogístico é também conhecido como método do Abade Gaultier, nome do jesuíta autor de um livro didático que distribuía o conteúdo sob a forma de diálogo, de perguntas e respostas entre o mestre e o aluno. Na 3ª edição (1859) do *Compêndio*, este método foi abandonado.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

letrados (e para que estes o transmitissem à maioria analfabeta) e analisou a concepção de Geografia do autor. O capítulo seguinte (este e o anterior são os mais extensos) estabeleceu uma breve genealogia do clã Pompeu-Accioly do Ceará – e o papel do mesmo no poder – e também analisou um livro, o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (dois tomos, 1863 e 1864, 1179 páginas), mostrando não só a importância da obra para o estado relatado como também a importância destas estatísticas para o planejamento, para o poder. Neste livro havia questões importantes como a transposição das águas do São Francisco e a preocupação com as consequências do desmatamento, a da regionalização do estado (Litoral, Serra e Sertão), além de dados sobre os aspectos físicos e socioeconômicos. Ou seja, como qualquer geógrafo ligado ao poder, Pompeu procurou clarificar o território, a população e os recursos existentes para controle e gerência.

Como nos dois capítulos anteriores, o quinto (e último) foi centrado na análise de uma obra específica, a *Memória sobre o Clima e Secas do Ceará*, precedida de uma discussão sobre a seca e seu papel na criação, no imaginário do país, do Nordeste como uma região homogênea. O livro analisado propunha ações e procurava dar *cientificidade* à problemática das secas. Resumindo: a dissertação, no primeiro capítulo, caracterizou o momento histórico (no período vivido pelo Senador Pompeu) do país e, depois – capítulo segundo –, de sua vida e do estado do Ceará; analisou – uma para cada capítulo – três obras geográficas do autor, atingindo os objetivos propostos e comprovando a existência de uma Geografia e de geógrafos bem antes da sistematização acadêmica desta ciência no país.

Outra dissertação analisada foi **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação**, defendida em 1990 por Antonio Filho, que nela se propôs a extrair a *essência geográfica* da obra euclidiana e procurar as correntes de pensamento que a influenciaram. Cabe mencionar, de início, que não se tratou de uma análise específica de *Os Sertões* e que, portanto, não se insere na linha dos trabalhos de, por exemplo, Ferreira (1990) e Wanderley (1997). A dissertação foi dividida em seis capítulos, com a colocação do método e das técnicas na Introdução, na qual defendeu que qualquer produção científica “[...] *não pode ser pensada fora do contexto histórico em que foi elaborada, de modo que o discurso científico não pode ser considerado como uma visão ‘neutra’, pois está inserido na superestrutura social, referida por Marx.*” (ANTONIO FILHO, 1990, p.15) No primeiro capítulo (*Euclides da Cunha e o momento histórico*) inseriu os dados biográficos do autor em questão e, além dos fatos históricos mais marcantes, as ideias que dominaram o período e aquelas que proporcionaram as mudanças.

No segundo capítulo (*A evolução do pensamento de Euclides da Cunha*) procurou estabelecer as influências teóricas sofridas no decorrer da vida pelo escritor, notadamente do positivismo comteano e do darwinismo social de linha spenceriana²⁵. Metodologicamente, a influência do francês Augusto Comte (1798-1857) pesou menos do que a do inglês Herbert Spencer (1820-1903), como demonstram trechos de um texto jornalístico: “*Acabo de ler uma página iluminada de Spencer, em que o eminente evolucionista... [...] O ‘struggle for life’, a fórmula*

²⁵ Também declarou em carta: “*Sou um discípulo de Gumpłowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico.*” (apud ANTONIO FILHO, 1990, p. 78) Ludwig Gumpłowicz (1838-1909), jurista e sociólogo austríaco de origem polonesa, autor de *A luta das raças* (1883), foi um dos mais importantes representantes do darwinismo social. Escreveu Euclides: “*A civilização avançará nos sertões impelida por essa ‘força motriz da História’ que Gumpłowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.*” (CUNHA, 1982, p. 07) Por isso, considerava a abolição como uma fatalidade social, o negro e o índio como “*perturbadores da raça*”, o mestiço um “*desequilibrado*” e o jagunço um “*anacronismo étnico*”.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

magestosa da nossa elevação constante,...”²⁶. O capítulo seguinte (*Euclides da Cunha na opinião de geógrafos*) foi uma análise de três artigos considerados, pelo autor do trabalho, os mais expressivos sobre Euclides da Cunha.

No quarto capítulo, intitulado *Euclides da Cunha e 'À margem da Geografia'* foram analisados sete artigos publicados entre 1897 e 1909, e colocados sob este título na edição de sua obra completa. No seguinte – o mais longo – fez uma análise de *Os Sertões* na busca de seus aspectos geográficos. O sétimo e último (*Euclides da Cunha e a Amazônia*), estudou os seus escritos sobre a Amazônia, decorrentes das viagens realizadas para a região; em uma delas, conseguiu descobrir as cabeceiras do rio Purus. Apesar de ainda embebido de posturas deterministas e sócio-darwinistas, sua visão sobre a Amazônia foi “[...] *abrangente e integradora, na medida em que os aspectos naturais estão sempre relacionados com os aspectos sociais e econômicos,...*” (Ibidem, p.199).

Apesar das posturas deterministas e da pouca citação de geógrafos em *Os Sertões*²⁷, Euclides da Cunha conhecia trabalhos do geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905) e em seus diversos escritos fez referências a diversos autores ligados à Geografia²⁸, sem contar os inúmeros autores de outras áreas que foram, por ele, citados. O método euclidiano de estudo de uma paisagem natural era do geral para o particular e, após isso, enfocava o elemento humano. Para analisá-lo recorria, frequentemente, à História. Cometeu diversos erros²⁹ – alguns eram verdades na época –, criticou nossa rede ferroviária³⁰ e a própria geografia brasileira, afirmando que faltava a ela um maior conhecimento geológico e geomorfológico. De qualquer modo, acreditamos nós, Euclides da Cunha trouxe a Região Nordeste para o restante do Brasil, e sua principal obra, notadamente a primeira parte (*A terra*) foi, durante muito tempo, a referência básica dos livros de geografia para o estudo do Sertão Nordestino.

Outro trabalho que acabou se tornando muito interessante, em razão da semelhança com Josué de Castro em relação a alguns temas e à omissão do autor pesquisado nos textos de Geografia, foi a tese de Oliva (1998) a respeito do médico e geógrafo sergipano **Manoel Bomfim** (1868-1932). O método de análise utilizado foi o chamado estruturalismo genético, desenvolvido pelo filósofo francês Lucien Goldmann (1913-1970), que procura apreender o processo de construção de um pensamento, relacionando-o com as estruturas políticas, econômicas e com as visões de mundo (que representam a visão de seu grupo/classe social) que as

²⁶ No jornal **O Estado de São Paulo**, de 19/03/1892, escrito para uma série intitulada *Da Penumbra* (apud Antonio Filho, 1990, p. 75).

²⁷ Apesar de fundamentos deterministas, é pouco provável que Euclides da Cunha tenha tido contato direto com o livro *Antropogeografia*, de Ratzel, por não ter sido este livro traduzido para o português e a versão italiana (*Geografia dell'Uomo*, de Ugo Cavallero) datar de 1914 (doze anos após a publicação de *Os Sertões*).

²⁸ Entre eles, o prussiano Alexandre von Humboldt (1769-1859), os estadunidenses William Morris-Davis (1850-1934) e Orville Derby (1851-1915), os franceses Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), Emmanuel Liáis (1826-1900) e Pierre Emile Levasseur (1828-1911), os alemães Johann Baptist von Spix (? – 1827) e Carl F. P. von Martius (1794-1868), os ingleses Richard Burton (1821-1890) e George Gardner (1812-1849), o canadense Charles F. Hartt (1840-1878), o padre português – considerado o *pai da geografia brasileira* – Manuel Aires de Casal (1754-1821), os brasileiros Teodoro Sampaio (1885-1937) e José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898).

²⁹ Como, por exemplo, atribuir o fenômeno das secas no Sertão Nordestino à *monção de nordeste*, utilizar o termo *curiboca* para o caboclo sertanejo, afirmar que “*A natureza não cria normalmente desertos. Combate-os, repulsa-os.*” (CUNHA, 1982, p. 46). Além disso, cometeu erros na apreciação científica dos climas amazônicos, colocou o meio físico como o elemento fundamental da formação da *raça* e defendeu o autoctonismo do homem americano.

³⁰ No artigo *Olhemos para o Sertão* (jornal **O Estado de São Paulo**, 18 e 19 de março de 1902) escreveu sobre “[...] *o traço bem pouco civilizador que caracteriza a distensão das nossas redes de estradas de ferro. De fato, nenhuma busca o centro do país...*” (apud ANTONIO FILHO, 1990, p. 112). Defendeu a construção de uma ferrovia (Trans-acreana), com 726 Km, que cortaria transversalmente os vales do Juruá, Purus, Iaco e Acre, que libertaria o homem dos rios.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

gerou. Acrescentou a este método a proposta do geógrafo Sílvio Carlos Bray de, como técnica de análise, selecionar palavras-chaves, pois estas permitiriam a percepção das contradições, e cada tendência de pensamento possui suas palavras-chaves. Os trabalhos de Santos (1984), Antonio Filho (1990), Anselmo (1995), Antonio Filho (1995) e Anselmo (2000) também adotaram esta mesma linha. Como foram todos realizados na UNESP, *campus* de Rio Claro (SP), possuíam o mesmo orientador³¹ e foram as dissertações e teses ligadas diretamente à análise do pensamento geográfico ali produzidas, pode-se concluir que esta tem sido a linha metodológica adotada naquela instituição.

Manoel Bomfim afirmava que a essência da nação estava nas forças vivas do povo, que o Estado brasileiro era um traidor da nação e atribuía à exportação colonial e neocolonial – e às elites locais que agiam de modo semelhante – os problemas existentes na América Latina (OLIVA, 1998, p.27), fundamento de sua teoria do parasitismo das metrópoles. Antirracista, combatente do darwinismo social, da solução do *branqueamento* e do capitalismo *selvagem*, favorável à realização da reforma agrária e de uma educação popular massiva, não poderia ser aceito por geógrafos e historiadores engajados na política hegemônica da época. Contrário a certas posições marxistas ortodoxas – até por admitir que, aqui, não havia condições para uma revolução proletária, no sentido marxiano do termo –, não teve, mais tarde, a apreciação que merecia por parte da cognominada *esquerda* brasileira. Acreditando que o Brasil era um país que bastava a si mesmo pelos seus recursos naturais e humanos, elaborou um projeto para o país.

Todavia, qual a sua relação com a Geografia? Em primeiro lugar, cabe lembrar que, *stricto sensu*, não existiam geógrafos no país e, até a nossa cidadania acadêmica em 1934 – com a criação do curso de Geografia e História na USP –, os estudos que podem ser considerados como geográficos eram realizados por pessoas formadas em Direito, Engenharia e Medicina, onde era comum o conceito de Geografia como substrato da História. Todos aqueles que refletiram sobre nação, território e caráter nacional realizaram, de algum modo, a atividade geográfica. Qualquer estudo que contenha as noções de espaço, território e sociedade – e, no passado, também a natureza, mesmo que isolada da sociedade – integra o discurso geográfico. E estes conceitos estavam presentes no discurso bomfiniano (como também na obra do Senador Pompeu) sobre o Brasil.

Bomfim era crítico da historiografia do IHGB e não aceitava o pessimismo racista dos republicanos positivistas. Exaltava Darwin, mas condenava o darwinismo social, colocando a falsa *inferioridade* como histórica e a educação massiva como solução. Em sua proposta de educação, a Geografia teria um importante papel. Considerava-a como uma ciência experimental (situada no conjunto das ciências físicas e naturais), opunha-se ao conceito de *descrição da terra* e criticava a excessiva memorização e a *aridez* da mesma como disciplina escolar. Para ele, ela se caracterizava pela sistematização e conexão científica dos fatos, útil para fortalecer e orientar o espírito. A concebia como o estudo do conjunto de condições

³¹ Prof. Dr. Sílvio Carlos Bray, que também é autor de importantes artigos neste campo como “*As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil – 1934 a 1976 (uma tentativa de classificação)*” (**Boletim do Departamento de Geografia**. Presidente Prudente, n.7, 1976, p.109-116), “*Introdução ao estudo da interpretação funcionalista na Geografia*” (**Geografia**. Rio Claro: AGETEO, v.2, n.4, 1977, p.103-107), “*Os postulados da análise funcionalista na Geografia e seus aspectos ideológicos*” (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1977, n.4, p.29-40), “*Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na Geografia*” (**Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v.10, n.20, 1980, p.33-43), “*Da técnica das palavras-chaves à história do pensamento geográfico no Brasil*” (In: “**Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico no Brasil**”. Rio Claro: IGCE-UNESP, 1999, p.3-16), entre outros. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

físicas e políticas que formam o meio, dentro do qual vive o homem, um estudo que deveria ser racional, metódico, científico, relacionando o fenômeno e suas causas lógicas.

Recomendava o uso de mapas, considerava essencial, pedagogicamente, aliar a Geografia à História e defendia que seu estudo deveria ser prático, valorizando a utilização de excursões e passeios. Quanto ao que podemos rotular de *pensamento geográfico* em sua obra, está o fato do tema constante ser a relação homem-meio e o de rejeitar o determinismo fisiográfico como explicação da condição do país. Em seus textos, geógrafos foram mencionados ou utilizados como fontes, mas não participou de instituições como IHGB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro³².

A tese realizada por Oliva foi dividida em quatro capítulos: 1. *Uma tarefa (também) para a Geografia: criar a nação*; 2. *Buscando um projeto para a nação brasileira*; 3. *O pensamento geográfico em Manoel Bomfim*; 4. *Um discurso contra o branqueamento*. Estabeleceu a metodologia na introdução e não fez um capítulo específico sobre o momento histórico, mas o caracterizou, notadamente no campo cultural, no segundo capítulo. No conjunto, procurou estabelecer a visão de mundo e as estruturas significativas do discurso de Manoel Bomfim, procurando caracterizá-lo como uma contestação às ideias básicas de uma geografia a serviço da metrópole e de uma elite intelectual europeizada.

Outra dissertação analisada foi a de Anselmo (1995) sobre **Oliveira Vianna** (1883-1951), um intelectual possuidor de uma visão social conservadora, autoritária e antidemocrática. A autora iniciou seu trabalho apontando que, uma das principais razões de sua pesquisa, era a carência de estudos na Geografia a respeito dos grandes pensadores nacionais que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a formação do pensamento geográfico brasileiro. Foi Vianna um escritor sem relação direta com a Geografia, mas importante para a mesma, se se tem como premissa que o espaço brasileiro foi articulado com base em pensamentos autoritários, conservadores e elitistas. Como a geografia brasileira foi institucionalizada como ciência acadêmica somente na década de 1930 e em bases conservadoras, cientistas sociais de outras áreas, que pensaram o espaço social nacional, integram as suas raízes.

Um dos principais teóricos do Estado conservador e autoritário varguista, o fluminense Francisco José de Oliveira Vianna formou-se em Direito – profissão que não exerceu efetivamente – e foi durante um tempo professor de Matemática (a sua *paixão*) em Niterói (RJ). Foi somente a partir de 1916, quando passou a lecionar na Faculdade de Direito do estado do Rio de Janeiro, que sua carreira de intelectual³³ deslançou. Após o golpe de 1930 integrou, como consultor jurídico, o Ministério do Trabalho dirigido por Lindolfo Collor (1890-1942), foi o orientador de muitas das reformas sociais impostas na época e o sistematizador do Direito do Trabalho, organizando as regras trabalhistas do país. Foi um antiliberal, por acreditar que o povo brasileiro não possuía *tradição* compatível com o Liberalismo e necessitava de um governo forte (do tipo autoritário e centralizador). Adepto do darwinismo social, foi um nacionalista favorável à imigração europeia para a promoção do branqueamento (ou arianização), por crer que a mesma eliminaria as raças

³² A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi fundada em 1883, possuindo como um dos motivos de sua criação a concentração das atividades do IHGB nos estudos históricos. Sua finalidade era discutir a ciência geográfica e, principalmente, fatos e documentos referentes à geografia brasileira.

³³ Entre suas obras, podemos citar: *Populações meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925), *Raça e assimilação* (1932) e *Instituições políticas brasileiras* (1955, póstuma). *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

inferiores – o indolente brasileiro pobre –, que eram o negro, o índio ou o mestiço. Seu conceito de civilização era calcado nas concepções do escritor, escultor, embaixador e vigarista francês Conde de Gobineau (1816-1882), autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853-55), para quem a questão étnica era a chave da história humana, e nas do racista Vacher de Lapouge (1854-1936), autor de *O ariano e seu papel social*, no qual afirmava que, através de processos sistemáticos de seleção – semelhantes aos feitos com animais e plantas –, seria possível regenerar a espécie humana.

Naquilo que se refere especificamente a fenômenos do espaço geográfico brasileiro,

[...] um amplo material pode ser colhido de seus trabalhos. Oliveira Vianna preocupou-se, particularmente, com as relações sociedade-natureza, as mobilidades populacionais, a organização do território, a identidade do espaço brasileiro, a posição do Brasil frente ao mundo entre outros temas. (ANSELMO, 1995, p.5)

Em seu primeiro trabalho significativo publicado, *Populações meridionais do Brasil* (1920), um dos autores que sustentava suas teses – e que foi importante nas análises das influências da natureza sobre a constituição da sociedade brasileira – era o geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904). Do autor de *Antropogeografia* (1882-1891) foram-lhe úteis, entre outras ideias, a crença na inevitabilidade natural do expansionismo e a visão do Estado como protetor e acima da sociedade³⁴. Na obra *Evolução do povo brasileiro* (1922), na qual propôs uma nova maneira de estudar a realidade brasileira³⁵, teve como base o possibilismo do francês Vidal de la Blache (1845-1918).

O principal objetivo da dissertação foi “[...] *uma busca de compreensão do aspecto geográfico transmitido por um autor, considerado conservador e autoritário*” (Ibidem, p.15) que procurou, à sua maneira, dar um sentido ao espaço nacional, que buscou desvendar a estrutura deste espaço, e que explicava as diferenciações regionais existentes pelos desníveis culturais, raciais e mesológicos. O trabalho foi dividido em quatro capítulos (1. *O papel da ideologia – noção de visão de mundo*; 2. *O pensamento conservador e o momento histórico*; 3. *O pensamento geográfico na obra de Oliveira Vianna*; 4. *A visão de mundo de Oliveira Vianna e a “imagem” do espaço brasileiro*), sendo os principais dados biográficos do autor estudado, colocados na Introdução.

Trabalho também significativo, de retomada de intelectuais pouco estudados pela Geografia, foi a tese de Anselmo (2000) sobre o engenheiro, geógrafo e geopolítico **Everardo Adolpho Backheuser** (1879-1951) que, segundo a autora, foi

³⁴ Na obra *Populações meridionais do Brasil* há afirmações como: “*Sob a amenidade de nossos climas tropicais a vida se torna empresa fácil. Como os gregos, todos nós podemos viver ao Sol e às estrelas: cantando. Não há aqui intempéries. Em todas as estações derrama-se um perpétuo encanto primaveril ... [...]. Numa terra destas, em que ‘não há pobre que não seja farto com pouco trabalho’, ...*” (apud ANSELMO, 1995, p. 42 e 43). Considerava favorável a existência, nos séculos da colonização, dos preconceitos de cor e de sangue; aliás, considerava-os *providenciais*, uma vez que os mesmos impediram a “*ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigam nas sub-camadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras.*” (Ibidem, p. 57)

³⁵ Livro no qual faz afirmações como: “[...] *pode-se dizer que a lei da abolição de 1888, concorre para retardar a eliminação do H. afer em nosso país – porque não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente.*” [Afer, em latim, significa africano] “*Sim, exatamente isto: reeducação das nossas elites dirigentes. Digo ‘elites’ e não de nossas ‘massas’, porque sou dos que acreditam que os povos valem pelo teor moral e intelectual das suas classes dirigentes [...]*” (apud ANSELMO, 1995, p. 48 e 51) Por isso, achava que a atenção maior deveria ser dada ao ensino secundário e principalmente ao superior, pois é este que prepara as classes dirigentes.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

um do “*mais reputados geógrafos do país*”. Ele pode ser considerado o nosso primeiro sistematizador da geopolítica. Procurou pensar estrategicamente o país e formulou suas propostas tendo como embasamento as formulações do geógrafo prussiano Friedrich Ratzel e do jurista sueco Rudolf Kjellén (1864-1922). A questão principal da tese é “[...] *a compreensão de como se consolidou a espacialidade própria brasileira.*” (ANSELMO, 2000, p.11)

O texto foi dividido em três grandes partes. A primeira – e a menor delas – tratou da visão de mundo de Backheuser, analisada com base na proposta de Lucien Goldman, para quem as concepções de mundo estavam associadas e mantinham relações intensas com a base material da sociedade. Ou seja, o conjunto de aspirações, sentimentos e ideias de um grupo ou classe social (seus valores, ideologia, necessidades e cultura) distinguia os grupos, influenciava – e era influenciado – pelo meio material e acabava por caracterizar a produção do espaço. Um indivíduo não possui um pensar exclusivo, pois seu pensamento se insere e caracteriza um determinado grupo social. Discutiu, nesta primeira parte, os conceitos de territorialidade e nacionalidade, retomando o processo europeu de construção de uma representação patriótica e o papel da Geografia na construção do conceito de território dos Estados Nacionais. E, igualmente, o caso brasileiro de dar unidade ao Estado-nação com base no território: o afeto a um pedaço de terra, afeto cujos limites eram as linhas da fronteira. Discorreu, ainda, sobre o tipo de nacionalismo do autor, sua visão sobre o papel da imigração europeia (como outros intelectuais do período, acreditava na educação e no branqueamento da população como essenciais para a formação de nossa nacionalidade), seu combate aos regionalismos e, principalmente, os dados biográficos.

Na segunda parte (*Geopolítica e formação territorial*), analisou a concepção de Estado deste *intelectual orgânico*, o papel dos intelectuais envolvidos com o Estado Getulista, a influência de Ratzel e de Kjellén em suas concepções geopolíticas (baseando-se nas próprias obras de Backheuser) – inclusive quanto ao papel do meio natural e da cultura –, a sua visão de que, assim como as massas de ar, as civilizações iriam se deslocar das zonas temperadas e frias para o Equador, o seu projeto de redivisão territorial do país e de defesa da mudança da capital federal para o Retângulo Cruls, e as suas concepções sobre as fronteiras e as leis de crescimento dos Estados.

Iniciou a terceira parte (*Geografia e Formação Nacional*) com considerações sobre a geografia brasileira no período, seguida do papel do autor na luta (inclusive suas propostas, que como a sua visão de Estado, eram calcadas no modelo alemão) pela modernização da educação – com descrições sobre a situação da educação nacional, das campanhas e das reformas realizadas –, historiando sua participação na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, depois, no conservador movimento católico. Colocou as características destes movimentos, procurando sempre assinalar a situação histórica. A segunda metade desta terceira parte foi dedicada à geografia brasileira, com um breve histórico da mesma no início do século XX, suas novas concepções (a *geografia moderna*), a participação de Backheuser em organizações a ela ligadas, a disciplina escolar Geografia nas reformas de ensino (de 1925, 1931 e 1942) e a criação dos cursos superiores de Geografia e do IBGE.

Em seu trabalho, a autora procurou discutir as particularidades do pensamento autoritário brasileiro, a visão de Estado do autor em questão e alguns elementos básicos do positivismo comteano. Colocou a situação da disciplina nas diversas reformas de ensino e procurou caracterizar órgãos públicos como o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o IBGE. Como os trabalhos anteriormente

citados, tratou de caracterizar o momento histórico e as particularidades da chamada *intelectualidade* brasileira da época. Como nas outras dissertações e teses vistas por nós, a inclusão do momento histórico e das características da Geografia da época se mostrou algo fundamental em seu trabalho.

Importante para a concretização da Geografia como disciplina escolar e como ciência foi a atuação de **Carlos Miguel Delgado de Carvalho** (1884-1980), objeto da dissertação de Ferraz (1994). Nascido na capital francesa – em razão do pai exercer a função de Secretário da Legação do Império –, Delgado de Carvalho pertencia a uma família vinculada à nobreza brasileira e, como integrante da elite abastada, teve acesso a escolas europeias famosas, bacharelando-se em Letras (1905) e cursando, posteriormente, Direito e Ciências Diplomáticas. Somente aos vinte e três anos chegou ao Brasil. Seus primeiros livros de geografia brasileira foram publicados em Paris e em francês³⁶; entre 1913 e 1920, voltou a viver no continente europeu³⁷.

Em seu trabalho, Ferraz procurou avaliar a obra deste autor como uma contribuição ao resgate da memória geográfica “*enquanto discurso científico institucionalizado*”. Não realizou um estudo detalhado sobre toda a obra do autor, ficando restrito a um período (1913-1942), objetivando:

[...] resgatar as características principais de seu pensamento voltado à Geografia, principalmente ao ensino de geografia, como parâmetro e modelo de movimento que implementou a Geografia ‘moderna e científica’ no Brasil, e que nos influencia atualmente. (FERRAZ, 1994, p.132)

Justificou o período de análise escolhido por ser, o ano de 1913, o da publicação de *Geographia do Brasil* e, o de 1942, por “[...] *representar a concretização de todo um processo de luta pela efetivação da Geografia como disciplina científica, necessária à consolidação de um projeto para o Estado-nação brasileiro.*” (Ibidem, p.32) Este último ano foi o da Reforma Capanema, com a qual a disciplina passou a ser ensinada em todas as séries, do primário ao colegial.

A dissertação foi dividida em seis capítulos (sem títulos), iniciando com as principais características da sociedade brasileira no período em questão, com destaque para a era Vargas. No segundo capítulo, apresentou uma rápida caracterização da Geografia produzida até aquele momento; no terceiro procurou estabelecer os pontos de contato entre a ciência geográfica que se tentava efetivar e os interesses do Estado brasileiro, destacadamente após 1930. No capítulo seguinte, identificou as principais características da Geografia proposta por Delgado de Carvalho. O quinto se constituiu em um breve levantamento da biografia do autor, restrita ao período em questão e, no último, procurou analisar, de modo geral, a geografia delgadiana. Face à variedade das áreas em que atuou (Geografia, Geopolítica, História, Pedagogia, Sociologia e outras), o texto centrou-se em

³⁶ “*Um centre économique au Brésil (estado de Minas)* em 1908 e *Le Brésil Meridional (étude économique sur les états du sud)* em 1910.

³⁷ No Brasil, foi professor de Inglês, Geografia e Sociologia no Colégio D. Pedro II, chefe dos serviços de pluviometria da Inspeção de Obras Contra as Secas e, por dez anos, professor de Geografia Econômica e de Geografia do Brasil nas Escolas de Intendência e do Estado Maior do Exército. Sempre manteve relações estreitas com as Forças Armadas. Fundou e foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação, foi sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Educação (1931), catedrático de Geografia Humana na Universidade do Distrito Federal (1935) e membro da Comissão do Livro Didático (1939), entre diversas atividades.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

algumas obras geográficas³⁸ e na concepção desta ciência por parte do autor examinado.

Em sua análise, colocou-o como um divisor de águas da ciência geográfica, como alguém que buscou uma adequação à realidade brasileira, não aplicando uma única concepção de Geografia, adaptando tanto os conceitos da escola alemã (inclusive no tocante ao liberalismo econômico) como os da escola francesa (quanto ao liberalismo político). “*O uso das bases possibilistas e deterministas, portanto, eram resgatadas de forma alternada, sem que uma necessariamente eliminasse a outra;...*” (Ibidem, p. 90). Minimizou, por razões históricas, a sua ligação com o Estado varguista, realçou o conceito de região natural pregado por ele e a sua crença no poder da ciência (*neutra e objetiva*) ao lado de uma prática engajada a favor do projeto estatal pós-30 (a proposta de *edificação de um Estado forte e interventor*) e do nacionalismo patriótico (“*propunha à Geografia uma clara função empreendedora do nacionalismo,...*”). A restrição do período e a análise de poucos livros – basicamente dois – fizeram com que a leitura não permitisse uma visão de conjunto da obra do autor – o que também não era o objetivo do trabalho – propiciando, essencialmente, uma visão do aspecto inovador de suas ideias e da influência que realmente teve no aparecimento de uma geografia *mais moderna*, tanto nas escolas como no aparato estatal.

Se Delgado de Carvalho se destacou na tentativa de implantação de uma concepção mais científica e na metodologia de ensino da Geografia, o paulista **Aroldo Edgard de Azevedo** (1910-1974), ao ter seus livros didáticos utilizados na maioria das escolas, foi, em parte, o responsável pela concepção que a população letrada possuía a respeito dela. Descendia de *coronéis* e políticos conservadores, atuantes durante o período imperial e de grande ascendência no Vale do Paraíba paulista. Sempre se orgulhou de sua origem *rural-aristocrata*, e esta influenciou sua visão conservadora, moralista e elitista de sociedade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro mas, como Oliveira Vianna, não seguiu esta carreira. Dedicou-se ao ensino de Geografia no antigo curso secundário e, em 1936 ingressou, como aluno, no curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Licenciado em 1939, foi convidado a lecionar na mesma faculdade; em 1942, passou a ministrar Geografia do Brasil (criada naquele ano), disciplina para a qual concorreu para a cátedra em 1945, sendo o titular da mesma até a sua aposentadoria (1967)³⁹.

Em 1936, quando ingressou como aluno na USP, escreveu o livro *Geographia* para a primeira série do curso ginásial. A boa aceitação fez com que escrevesse livros para todas as séries dos antigos cursos ginásial e colegial, transformando-se no principal autor de livros didáticos desta disciplina no país, por três décadas⁴⁰. Segundo Santos (1984, p.16), elaborador de uma dissertação sobre ele, entre 1934 e 1974 publicou “*127 textos, sendo 97 de nível superior e 30 referentes a livros didáticos*”. Das noventa e sete publicações (livros, artigos e

³⁸ *Geographia do Brasil*, de 1913, e *Metodologia de Ensino de Geografia – Introdução aos Estudos de Geografia Moderna*, de 1925; esta última foi, de longe, a mais citada.

³⁹ Na USP, foi o fundador do Instituto de Geografia e seu diretor de 1963 a 1967. Foi também um dos sócio-fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), com intensa participação em seus congressos e assembleias gerais, exercendo, inclusive, os cargos de secretário geral e de presidente (1946/47 e 1953/54). Além disso, foi um dos responsáveis pela criação do Boletim Paulista de Geografia e seu diretor de 1949 a 1961, período em que foram publicados trinta e nove números.

⁴⁰ Até o seu falecimento em 1974, Aroldo de Azevedo vendeu um total estimado de 12 milhões de livros didáticos. Na década de 1960, um período em que muitos estavam fora da escola, não havia aquisição por parte do poder público e nem *livro descartável*, chegou a vender 130 mil exemplares por ano.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

coletâneas), somente quatro se relacionavam diretamente com a chamada *geografia física* e dois com a *geografia política*; um terço (30 textos) se referia a estudos urbanos, a maioria como monografias.

A dissertação de mestrado, realizada por Santos (1984) sobre a obra de Aroldo de Azevedo, teve como objetivo principal avaliar o trabalho deste autor como subsídio à composição de uma historiografia das ideias geográficas no Brasil. Fez um levantamento de toda a produção e analisou alguns textos significativos, dividindo o seu trabalho em cinco capítulos, colocando na introdução a fundamentação metodológica do mesmo. No primeiro capítulo expôs a biografia de Aroldo de Azevedo, o papel de sua ascendência rural-aristocrata, sua presença no contexto cultural paulista e no brasileiro, sua atuação na USP e na AGB. Caracterizou também a sua produção intelectual, inclusive o seu quase monopólio nos livros didáticos, principalmente enquanto vigorou a Reforma Capanema (1942-62). No capítulo seguinte, analisou a orientação da geografia brasileira no período em que ocorreu a sua produção técnico-científica e o papel da criação dos cursos superiores de Geografia, da AGB, do CNG e do IBGE. Segundo o texto, a geografia brasileira da época teve por base a orientação da escola francesa tradicional, aceita aqui de modo acríptico por Azevedo, que teve em Pierre Monbeig “o seu principal mentor”.

No terceiro capítulo, discorreu sobre o contexto histórico, tratando de definir os fatores culturais, econômicos e políticos que influenciaram o geógrafo paulista. No quarto capítulo, buscou caracterizar a visão de mundo, na tentativa de recuperar o seu pensamento geral e geográfico, através da análise de alguns artigos significativos, nos quais ficou patente o pensamento político elitista/autoritário e a postura muitas vezes racista, de um defensor do liberalismo econômico, do imperialismo capitalista e de uma geopolítica de cunho fascista para o Brasil. No quinto e último capítulo, empenhou-se em caracterizar a Escola Regional Francesa e estabelecer a ligação de Azevedo com a mesma. Demonstrou como seus trabalhos se amoldavam aos preceitos positivistas-funcionalistas da escola lablacheana – à qual sempre foi fiel –, e como as características conceituais, metodológicas e ideológicas eram semelhantes. A estrutura de seus textos didáticos, os aspectos que caracterizavam suas concepções positivistas, o referencial funcionalista presente em seus escritos, o apego ao visível da paisagem e o abandono das discussões teóricas – consideradas inúteis frente à objetividade dos fatos –, foram outros aspectos discutidos neste mesmo capítulo.

Apesar da parcialidade de nosso levantamento, podemos perceber que ainda são poucos os estudos acadêmicos, nos cursos de pós-graduação, sobre aqueles que fizeram esta ciência nos Brasil. Há uma presença significativa de trabalhos sobre a fase da *criação* da nação brasileira e do papel da Geografia na criação do nacionalismo patriótico; ou seja, do processo ocorrido, de pessoas cujo trabalho pode ser considerado *geográfico* e de autores considerados geógrafos⁴¹. O único autor analisado, cuja obra, em sua maioria, foi produzida após a criação dos cursos universitários públicos no país, foi Aroldo de Azevedo. Cabe observar, sobre

⁴¹ Aos trabalhos citados, acrescentamos: PEREIRA, Raquel. **A geografia e as bases da formação nacional brasileira**: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignácio Rangel. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1999. Referentes ao período pré-universidade: MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1996; PEREIRA, Sérgio Luís N. **Geografia**: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil – 1838-1922. Dissertação (mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 1997. E os trabalhos sobre o ensino de geografia e o nacionalismo patriótico de Vlach (1988) e, sobre o livro didático, de Colesanti (1984).

estes temas, que há um predomínio das dissertações de mestrado sobre as teses de doutorado⁴².

Nas pesquisas realizadas, não foi encontrada, até 2002, nenhuma dissertação ou tese elaborada na área de Geografia referente à obra, parcial ou total, de Josué de Castro. O único trabalho específico, sobre este autor, foi a tese de doutorado em Ciências Sociais defendida por Silva (1998). A autora, que pesquisou o acervo particular do médico pernambucano, procurou estabelecer uma *dialogia*⁴³ entre a vida e a obra do pesquisado, “*que dedicou-se ao tema da fome, transformando-o em uma poética de vida.*” Dividiu o sua tese em quatro partes; na primeira (*A fala de si*), utilizou textos nos quais o autor fala de sua vida e de suas realizações, esperanças e frustrações, e na segunda (*A fala para o outro*) analisou suas principais obras, a fala para o grande público.

A terceira parte (*A fala do outro*) se caracterizou pela “*reconstrução do personagem pelas imagens que dele ficaram para os amigos, conhecidos e familiares.*” Na última parte – a menor e a guisa de conclusão –, procurou a *antropoética* contida em sua obra, evidenciadora de sua atualidade frente às questões emergenciais do final do século XX. Realizou um bom levantamento da biografia e fez uma análise apaixonada de sua obra e de suas ideias.

O fato de a produção, no aspecto aqui focado, ser pequena não significa que não seja importante. Cabe ainda a ressalva de que, até 1984, penúltimo ano do regime militar brasileiro, somente existiam cursos de doutorado em Geografia em duas universidades paulistas (USP e UNESP) e seis cursos de mestrado *stricto sensu*; pouca quantidade e concentração territorial⁴⁴. Além disso, o processo de construção da ciência geográfica no mundo e no Brasil não era objeto de estudo na maioria dos cursos existentes no país. Nos poucos cursos que possuíam conteúdos programáticos ligados à epistemologia da Geografia, a maioria procurava somente dar um panorama das principais escolas geográficas. A ausência mais notada nestes conteúdos era a da história da geografia brasileira.

Isto realça a importância dos trabalhos realizados, pois não se avança sem teorias e sem carregar o passado. Quando se despreza a obra pretérita, pode-se passar a ideia de que a *verdade final* já foi atingida e de que todas as revoluções no pensar já foram realizadas. Aí, ou alguns apresentam *novidades* antigas e ultrapassadas por outros pensadores, ou se faz parte de uma ciência que vive a patinar, pois está sempre começando do zero. Como disse Guimarães Rosa (1908-1967): “*Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo.*” (ROSA, 1985, p. 291)⁴⁵ Só se propõe algo novo quando se procura repensar o já pensado. E a geografia que, como citamos, começou primeiro na escola fundamental e somente muito mais tarde chegou às universidades, deve muito de sua construção a intelectuais que exerciam outras atividades e nelas pensaram o espaço brasileiro.

⁴² Dos trabalhos referentes ao conjunto da obra de autores, entre os analisados anteriormente, acrescidos dos citados na nota anterior, há cinco dissertações (sobre Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo e Senador Pompeu) e três teses de doutorado (sobre Manoel Bomfim, Adolpho Backheuser e Ignácio Rangel), sendo cinco realizados na UNESP e três na USP.

⁴³ Não utilizou o termo em seu significado normal, de diáfora ou dilogia, que, em retórica, significa a repetição de uma palavra na frase com sentidos diferentes.

⁴⁴ Segundo a fonte destas informações (MEC, - 1984), três cursos de mestrado se encontravam no eixo Rio-São Paulo (USP, UNESP-Rio Claro e UFRJ), dois no Nordeste (UFPE e UFSE; nesta, iniciado em 1983) e um na região Sul (UFSC, iniciado em 1984).

⁴⁵ Cômputo significa o ponto onde se desembocam diversos caminhos, uma encruzilhada.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

À PROCURA DA RIQUEZA GEOGRÁFICA DE OBRAS LITERÁRIAS

“O pior não é morrer de fome num deserto, é não ter o que comer na terra prometida.” (José Lins do Rego)

Para melhor fundamentar o trabalho, decidiu-se, também, por analisar trabalhos que procuram realizar uma avaliação da *geografia* existente em uma obra literária específica. Nas universidades pesquisadas, encontramos dois trabalhos: uma dissertação sobre *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1908-1967), realizada por Ferreira (1990) e uma tese sobre *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna (1927), elaborada por Wanderley (1997), ambas defendidas na UNESP, *campus* de Rio Claro, orientadas por Livia de Oliveira e na linha da chamada Geografia da Percepção ou Humanística, que possui em Yi-Fu Tuan⁴⁶ um de seus expoentes. Outra dissertação, que analisava alguns textos de Mário de Andrade (1893-1945), elaborada por Araújo (1992) e defendida na USP, também foi incluída em nossa análise.

O trabalho de Ferreira (1990), sobre **Grande Sertão: Veredas** foi dividido em quatro capítulos. No primeiro (*Geografia e literatura*), procurou estabelecer algumas das inter-relações entre Literatura e Geografia, colocando, inclusive, a posição de diversos geógrafos a respeito da contribuição da literatura no estudo das interações entre o homem e seu espaço vivido⁴⁷. Para muitos escritores, “[...] o meio ambiente deixa de ser apenas um pano de fundo secundário, recuperando sua importância para o equilíbrio material e psíquico dos indivíduos.” (FERREIRA, 1990, p. 8) O espaço físico, no contexto dos romances, obtinha significados, dados pelo escritor; diversas paisagens, fora deles, poderiam passar despercebidas. Assim, a literatura nos informa sobre a heterogeneidade das experiências – sagradas ou profanas – dos homens com a natureza, sobre os diversos significados que um lugar podia possuir, dos valores que possuíam aqueles que o habitavam. Ou seja, a literatura nos noticia sobre como os seres humanos percebiam seus mundos. Na segunda parte do mesmo capítulo, procurou caracterizar a paisagem mineira dos Gerais – o espaço vivido pelo personagem Riobaldo –, narrada nos planos geográfico e simbólico.

No segundo capítulo (*Travessia geográfica*), procurou rastrear os lugares e os itinerários vividos/percebidos pelo personagem principal. Isto foi feito através do texto do romance, pois “[...] cada personagem tem um conhecimento e uma compreensão do espaço em que vive, que tornam suas percepções ambientais diferenciadas, enquanto indivíduos” (Ibidem, p. 67), o que significa que as percepções do meio ambiente estão também relacionadas ao estilo de vida. O texto, inicialmente, mostrou como o personagem descobriu os Gerais e, depois, caracterizou os aspectos naturais e o processo de ocupação da região. No capítulo seguinte (*Espaço e Lugar*), a autora procedeu a um reconhecimento do significado de espaço e lugar, com base nas concepções de Yi-Fu Tuan, e procurou determinar

⁴⁶ Nascido na China em 1930 e professor de Geografia em diversas universidades ocidentais. Seu livro mais conhecido, **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**, foi publicado em 1974; no Brasil, foi publicado em português pela DIFEL em 1980.

⁴⁷ Citou as posições de, entre outros, Pierre Monbeig, Armand Frémont, Paul Claval, Douglas Pockock, Christopher Salter, Fernando Segismundo, Mauro Mota e, principalmente, Yi-Fu Tuan.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

os momentos, na narrativa do romance, nos quais os Gerais se constituíam em lugar/sertão (enquanto área conhecida topofilicamente) e espaço/sertão (um mundo desconhecido em sua amplitude). Dizendo de outro modo, de como um espaço indiferenciado se transformava em lugar.

O quarto e último capítulo (*Percepção geográfica e o Grande Sertão: Veredas*) procurou identificar “a percepção do escritor/personagem com a paisagem narrada e real”, com base em estudos da Geografia Humanística sobre a percepção geográfica. Neste caso, o fato de Guimarães Rosa ter escrito com o lastro de sua própria vivência na região, tornou mais rica a análise. Para a autora, a

[...] literatura contribui para a percepção geográfica através de seus registros que falam de um mundo experienciado cotidianamente, de modo imediato ou conceitual, pelos escritores, mediante as conjunturas fictícias ou não das paisagens vivenciadas pelos personagens. [...] Ao resgatarmos a unicidade dos significados objetivos e subjetivos da experiência e da percepção da paisagem vivida, estes estudos permitem que os geógrafos não se restrinjam às concepções de uma geografia de características cartesianas; que continue [sic] a acentuar o divórcio entre a mente e a matéria. (FERREIRA, 1990, p. 159 e p.190)

Cabe mencionar que o texto quase nada disse sobre Guimarães Rosa e também pouco falou sobre o lançamento da obra, sua repercussão, sua localização no tempo. Não estamos aqui afirmando que isto era necessário, mas simplesmente registrando que, neste aspecto, diferiu das dissertações e teses citadas anteriormente.

Outro trabalho similar foi o de Wanderley (1997) sobre a obra **Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**, de autoria do escritor paraibano Ariano Suassuna. O objetivo foi apreender o Sertão nordestino contido nesta obra literária, a partir da percepção do escritor e sob a ótica geográfica, tendo como “[...] fundamentos teórico-metodológicos os pressupostos lingüísticos da semântica discursiva (análise de discurso) e os pressupostos geográficos da percepção do meio ambiente.” (WANDERLEY, 1997, p.8).

A tese estava dividida em quatro capítulos; não havia, como na anterior, um capítulo sobre a corrente da Geografia da Percepção ou Humanística; entretanto, seus conceitos, com base em Anne Buttimer, Armand Frémont, David Lowenthal, Douglas Pocock, Yi-Fu Tuan e outros, se encontravam espalhados pelo texto. Neste romance, como também em *Grande Sertão: Veredas*, a criação do escritor foi engendrada a partir de um território concreto, com tempo e cultura definidos. No primeiro capítulo (*Em busca de leveza e concretude*), a autora deixou claro que o propósito era abordar o conteúdo geográfico da narrativa, estabelecer os conceitos estruturantes e contextualizar o autor. Definiu “[...] **paisagem/espaço** como o local virtual das intenções e experiências humanas e o **lugar/território** como uma projeção concreta e simbólica do espaço, definida pelos valores, atitudes, ações e todo o sistema de relações, intra e intergrupais.” (Ibidem, p. 37).

O segundo capítulo (*A paisagem vivida das pedras do reino*) localizou e explicou os dois grandes blocos de estrutura granítica (as pedras do reino) e apresentou as ideias messiânico-sebastianistas dos fatos ocorridos, durante o período analisado, no Sertão pernambucano. Conceituou messianismo, listou movimentos messiânicos ocorridos no país para explicar o trágico e sangrento movimento, também messiânico, ocorrido no local. O capítulo a seguir (*No*

Romance D'A Pedra do Reino) foi dedicado às interpretações geográficas contidas na obra, compreensão que contou com a ajuda de uma entrevista com o autor do romance. No quarto e último capítulo (*Sertão: castelo real ou castelo poético?*), realizou uma análise do discurso suassuaniano e finalizou escrevendo sobre a magia e a concretude do Sertão daquela área pernambucana.

Nesta tese, o fato histórico narrado no romance, o local do conflito e o próprio autor foram analisados. Ou seja, aqui também não se abriu mão da contextualização. E estes dois últimos trabalhos apontam uma linha de pesquisa importante: a análise geográfica de textos literários. Esta linha abre possibilidades de uma maior integração entre Geografia e Literatura, a partir de textos acadêmicos, principalmente no ensino médio. Uma análise geográfica da região nordestina fica muito mais rica se incorporar, por exemplo, obras de João Cabral de Melo Neto (1920-1999) ou Graciliano Ramos (1892-1953).

A dissertação de Araújo (1992), intitulada **No meio da multidão: um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia**, teve como objetivo “investigar a representação do espaço brasileiro e na cidade de São Paulo” em obras de Mário de Andrade (1893-1945), imagens que ainda frequentavam a mídia, o senso comum e parte de nossa produção científica. A procura principal se referiu ao tratamento dado à oposição entre o rural e o urbano e ao significado da paisagem urbana – temas reconhecidos socialmente como geográficos –, em obras alheias à produção científica/acadêmica desta ciência, com base na concepção de *pensamento geográfico*, expressada por Moraes, que o definiu como “[...] um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas.” (MORAES, 1988, p. 32)

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos, cada um deles tendo como referência uma obra de Mário de Andrade. O primeiro analisou trechos de *O turista Aprendiz*, tomado como uma metáfora com vistas à criação de uma cultura nacional, de uma civilização brasileira com base nos cânones impostos pela tropicalidade, que integrasse as culturas de todas as raças e regiões, que fosse autêntica para ser universal, para enriquecer a humanidade. O segundo, centrado em Macunaíma, examinou a supressão das distâncias e das determinações temporais na realização de uma utopia rompedora do isolamento das regiões, *desgeografizando* o país através da mistura e inversão dos elementos do norte e do sul do Brasil. Procurou deixar claro que, para Mário de Andrade, “[...] o meio é o elemento chave na determinação das possibilidades civilizatórias nacionais.” (ARAÚJO, 1992, p. 30) Daí a valorização dada por ele ao meio tropical, à cultura das raças aqui existentes e a sua recusa do transplante da civilização europeia. E, neste aspecto, a autora do texto comparou a posição do criador do nosso “herói sem nenhum caráter” com as concepções de Vidal de La Blache.

Estudou, no capítulo seguinte, com alguns exemplos externos, o processo e as consequências da *modernização* da capital paulista. O texto norteador foi *Paulicéia Desvairada*, revelador de uma cidade particular – com suas tradições e seus protagonistas – mas já com os elementos de uma cidade universal, de uma metrópole moderna. No quarto, e último, capítulo analisou as mudanças na ocupação do espaço paulistano, da cidade de taipa à de tijolo, da cidade *rural* para a *urbana*. O indivíduo na multidão, a *identidade estrangeira* da agora cidade industrial, com base em textos de *Lira Paulistana*, foram os temas básicos. Neste trabalho, não houve uma preocupação com a biografia do autor pesquisado e nem uma grande

preocupação em expor a linha, o método ou a visão ideológica, do tipo de análise realizada.

Afora estes trabalhos acadêmicos, para fundamentar melhor o que se pesquisaria, buscou-se outros. As pretensões eram as de estudar o autor escolhido sob diversos ângulos, apesar da focagem no aspecto demográfico. Um pouco das características de alguns deles, listamos na sequência. Um foi o importante trabalho de Prêve (1988), uma dissertação em Educação sobre a participação do Boletim Geográfico (BG) na produção da metodologia de ensino, entre 1943 e 1978. Nele, além de reflexões sobre o ensino de Geografia e análises sobre a secção *Contribuição ao Ensino* do BG, inseriu um capítulo sobre a constituição do IBGE no espaço e no tempo (PRÊVE, 1988, p. 79-125), onde colocou a história do IBGE, relacionando-a com a do país, e analisou a influência deste órgão sobre o professor. A dissertação de Colesanti (1984), sobre o ensino da Geografia através do livro didático, no período compreendido entre 1890 e 1971, possui um capítulo (COLESANTI, 1984, p. 6-58) no qual analisou todas as reformas republicanas até 1970 e os programas oficiais de ensino da disciplina no período. No início deste mesmo capítulo, teceu considerações sobre o ensino na Colônia e no Império. No terceiro e último capítulo, para analisar o conteúdo dos livros didáticos, selecionou um tema: o estudo do clima.

Vlach (1988), em sua dissertação sobre a relação entre o ensino de Geografia e o nacionalismo patriótico, achou pertinente “[...] *questionar o ensino de geografia, tentando explicitar o contexto em que irrompeu como ferramenta essencial do (e para o) capitalismo...*”. Dos três capítulos, o primeiro foi dedicado ao papel da educação e da Geografia na formação social capitalista e o segundo à constituição do Estado alemão e ao papel da geografia escolar no nacionalismo teutônico. Ou seja, na abordagem relativa à inculcação do nacionalismo patriótico no Brasil, procurou contextualizar o Estado capitalista e o papel já exercido pela Geografia no primeiro país onde a mesma conseguiu sua *cidadania acadêmica*.

A tese de Antonio Filho (1992), à respeito do pensamento geográfico sobre a **Amazônia brasileira** – no período compreendido entre 1900 e 1940 –, inserido em obras de pesquisadores, cientistas, viajantes e literatos regionalistas, visou avaliar as visões de mundo contidas em diversas obras sobre a região. Como afirmou o autor, o trabalho objetivava:

[...] realizar uma avaliação das idéias ou concepções, no tocante à Amazônia brasileira, embutidas no ‘pensamento geográfico’. Este, por sua vez, substancia a ‘visão de mundo’ predominante a partir do discurso de autores representativos na vida intelectual do país, [...] (ANTONIO FILHO, 1992, p.1-2).

Na introdução, teceu considerações sobre o método e a técnica utilizados, realizando uma abordagem do materialismo histórico e dialético, tendo como referências básicas o filósofo francês Lucien Goldmann (1913-1970) e o húngaro Georg Lukács (1885-1971).

No capítulo inicial (*A Amazônia no contexto histórico*), fez um histórico da ocupação, desde o século XVI até o período áureo da extração da borracha. Realizou isto como fundamento para a análise da visão sobre a Amazônia de Euclides da Cunha, de literatos (Alberto Rangel, Gastão Cruis, Raimundo Morais, Ferreira de Castro e Peregrino Júnior), de higienistas (Oswaldo Cruz, Carlos Chagas

e Afrânio Peixoto), de Cândido Mariano da Silva Rondon e de um livro didático. E, ainda que brevemente, colocou dados biográficos básicos dos autores citados.

Outra fonte procurada foi uma tese sobre a cartografia e os aparelhos ideológicos de Estado no Brasil, elaborada por Carvalho (1997), com diversos objetivos. Um deles foi “[...] *proceder um levantamento dos processos históricos que balizaram o desenvolvimento da Cartografia em sua relação com a formação do Estado em geral e com o Estado brasileiro, em particular.*” (CARVALHO, 1997, p. 4) Elaborou, no início, um capítulo denominado *Revisão teórico-conceitual*, no qual afirmou que sua análise foi realizada através do método dialético; entretanto, não discorreu sobre o mesmo. Escreveu sobre a política cartográfica, analisou o surgimento do Estado e a relação entre cartografia, geopolítica e poder, para dar um maior embasamento às suas análises.

AValiação GERAL DOS TRABALHOS ANALISADOS

“A vida é compreendida retrospectivamente, mas vivida prospectivamente.” (Soren Kierkegaard, 1813-1855).

A tarefa empreendida se mostrou muito útil. Descobriu-se que a proposta pode vir a suprir alguma lacuna, dada a pouca presença de estudos desta natureza na ciência abraçada. Mais do que isto: independente da utilização expressa ficou um grande aprendizado, o que força a agradecer, de antemão, todos aqueles que elaboraram as pesquisas mencionadas. Na quase totalidade delas, houve a ausência de *petulâncias acadêmicas*, o respeito a posições divergentes, a descrença em relação à objetividade absoluta, o saber-se imperfeito. Se pouco foi aprendido e se eventuais falhas forem repetidas, a culpa é do responsável por esta.

Na maioria dos trabalhos, observamos que não existe mais aquele capítulo inicial abordando de modo extenso, a *linha filosófica*, citando longos textos da teoria adotada. Contudo, este fato não significa que isto não tenha importância e sim que, definida na introdução, a linha deve estar presente no trabalho. De nada adiantaria um longo discurso a respeito da dialética marxista se o restante do texto for de uma postura claramente positivista. Todavia, como tentamos demonstrar, de uma forma ou de outra, nenhum trabalho abriu mão da contextualização histórica. E isto é um aspecto positivo importante.

A motivação, dos mestres e doutores citados, foi a de buscar compreender a “*geografia produzida em um país sem geógrafos*”, o papel dela na consolidação do Estado-nação, a efetivação como disciplina científica, ou a de extrair a *essência geográfica* de obras clássicas da literatura brasileira; em suma, ajudar a compor uma historiografia das ideias geográficas no país. A pouca quantidade de estudos sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro, como se tentou demonstrar, ainda permanece. Contudo, a análise evidenciou que este processo de conhecimento do passado está caminhando, que o realizado até aqui foi significativo, mas há a necessidade de estímulo a linhas de pesquisa sobre o tema. A opção feita pelos autores dos trabalhos aqui comentados decorreu da necessidade de se compreender melhor a ciência por eles adotada. É difícil operar com uma disciplina sem história ou que somente conhece o seu processo em outras realidades. Essa situação impede traçar uma linha sobre a qual se pretende percorrer. A sensação

que se teve ao ler os trabalhos foi a de uma busca no tempo para entender o momento atual e estabelecer metas. Foi como se estivesse procurando a identidade da geografia brasileira. Ater-se ao presente, ficar perto demais do objeto de estudo, impede o seu entendimento. Quando se está muito próximo, vê-se pouco. Distanciar-se dele, ampliar o campo de visibilidade, é o que permite compreendê-lo.

A motivação principal dos que estudaram a obra de um geógrafo ou da *geografia* contida na mesma, como os de Antonio Filho (1990), Ferraz (1994), Anselmo (1995 e 2000), Oliva (1998) e Santos (1984), foi o resgate da história do pensamento geográfico brasileiro, tanto de autores que se utilizaram desta ciência com o fim de alicerçar a ação de um Estado elitista, autoritário e racista, quanto de contestadores da estrutura existente, cujo discurso foi obnubilado⁴⁸. Alguns privilegiaram determinados textos: às vezes, pela limitação dos mesmos⁴⁹; outras, por selecionar os direcionados à Geografia⁵⁰. Com raras exceções, os aspectos biográficos foram incluídos, com destaque para os que ajudavam a compreender a atuação do personagem e a finalidade de seus escritos. Não um capítulo restrito ao assunto e sim entremeadado a obras significativas; ou seja, aspectos da vida que colaboravam no entendimento da produção intelectual.

Nos textos analisados, também ficou patente a necessidade de se estudar o contexto histórico e científico no qual uma obra foi produzida. Todos os trabalhos que analisaram o conjunto da obra de um autor ligado à Geografia, o incluíram em um de seus capítulos. Pois, isolado de suas correlações com o processo vivido, uma produção pode deixar de ser histórica – e, portanto, presente – para ser simplesmente algo do passado. A postura metodológica e o olhar ideológico são aspectos que permitem entender melhor as características e a importância de uma obra produzida. A procura da verdade depende da personalidade do pesquisador, de sua formação teórica e filosófica, de suas convicções, de sua visão social de mundo, pois toda obra traz consigo as marcas de quem a elaborou. Isso demonstrou que, em nosso estudo, os aspectos biográficos do autor, sua concepção de mundo e as características do país no período por ele vivido, deveriam ser incluídos.

Cabe observar ainda, que a carência, no país, não reside somente em dissertações e teses, mas também em livros sobre a obra de geógrafos brasileiros. Sobre geógrafos estrangeiros existem, ainda que em número pouco significativo, mas as obras básicas de autores clássicos são muito difíceis de serem encontradas em língua portuguesa. Há artigos sobre correntes do pensamento geográfico, sobre a Geografia em determinados períodos, mas sobre geógrafos brasileiros é muito rara a publicação sobre a obra de algum autor significativo⁵¹, sendo mais comum a publicação de notas necrológicas. Raros são os artigos analisando um autor ou uma obra por ele publicada quando o mesmo estava vivo, o que pode demonstrar certo receio a polêmicas, e estas são fundamentais para qualquer ciência⁵². Às vezes,

⁴⁸ Este último caso se refere à tese de Oliva (1998) sobre Manoel Bomfim.

⁴⁹ Como no caso de Antonio Filho (1990) que, analisando Euclides da Cunha, teve que privilegiar *Os Sertões*, embora tenha feito uma avaliação e/ou relato de toda a obra do autor; já sobre a vida deste, escreveu, comparativamente, pouco.

⁵⁰ Como a dissertação de Ferraz (1994) sobre Delgado de Carvalho, que também limitou o período da análise entre 1913 a 1942.

⁵¹ Nas revistas por nós pesquisadas foram poucos os artigos deste tipo; encontramos o artigo “*A geografia na obra de Rui Barbosa*” no **Boletim Geográfico** (n. 80, nov. de 1949, p. 862-869), o de Manuel Correia de Andrade sobre Pierre Monbeig, no **Boletim Paulista de Geografia** (“*Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil*”, n. 72, 1994, p. 63-82).

⁵² Nos **Annales de Géographie**, por exemplo, encontramos dois artigos analisando a obra de Pierre Gourou: RIBEIRO, Orlando. “*La pensée géographique de Pierre Gourou*” (a. 82, n. 449, jan/fev de 1973, p.1-7) e GALLAIS, J. “*L’évolution de la pensée de Pierre Gourou sur les pays tropicaux (1935-1970)*” (a. 90, n. 498, março/abril de 1981, p.129-149). Nas revistas brasileiras pesquisadas encontramos análise de livros como: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de: “*O ‘econômico’ na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão*”. (**Boletim Paulista de Geografia**: São Paulo: *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

criticamos demais pensadores estrangeiros a respeito de suas posições ou interpretações da realidade nacional e/ou mundial, quando deveríamos focar mais aqueles que os transferiram para a nossa realidade de modo acrítico e sem o cuidado de encaixar o discurso importado no tempo em que foi elaborado. Um dos nossos graves problemas acadêmicos tem sido o mimetismo discursivo, o que sempre acaba nos colocando no papel de filial.

As sociedades são construções históricas que se concretizam espacialmente e, por isso, é preciso investigar de que modo a sociedade produziu seu espaço, para entender as atuais características espaciais e propor caminhos sociais para as alterações necessárias. Nesta construção, as ideias possuem um papel fundamental, e a contestação das mesmas é o que permite o avançar. As ciências, portanto, são construções humanas e, por isso, sujeitas às influências do contexto histórico no qual foram engendradas. A própria definição de ciência é histórica e mutável. Por esta razão é que um conhecimento que era considerado *geográfico* no passado pode hoje não ser mais, o mesmo ocorrendo com conhecimentos que não eram rotulados de *geográficos*, mas que hoje são.

Isto permite afirmar que a mutabilidade é uma das características das ciências, que o questionamento é a alavanca de seus avanços e que o salto para uma nova concepção pode, e deve buscar estímulos para a reflexão em conhecimentos do passado, desta e de outras ciências. Todo autor criativo é importante, independente se concordamos, ou não, com ele. Sua importância advém daquilo que afirmou e do fato de provocar contestações e necessidades de superação. Por isto, os trabalhos que retomam o que já foi pensado são fundamentais para qualquer ciência. Se a quantidade dos mesmos é irrelevante, a importância, não. A ânsia de retomar o passado é um dos remédios para a superação de crises epistemológicas. Não para repeti-lo, mas para, refletindo sobre ele, elaborar questões e abrir caminhos para o novo.

Não se faz ciência se se desconhece o percurso da mesma. E ela é feita em um período histórico determinado que a influencia. Daí que não se entende um autor e sua obra fora de seu tempo. Contextualizar historicamente um estudioso de nossa área, como se pretende fazer a seguir, não é sinônimo de fazer História e sim de historiar a Geografia. Por isso, um fato importante para nós pode não ser para um historiador; também para este, o que importa é “[...] o contexto no qual se insere o acontecimento, são as suas relações com uma certa totalidade, assim como o sistema de referência em que está expresso” (SCHAFF, 1991, p. 210). A totalidade aqui citada é do fato e não de todos os fatos. E cada um vê o passado com uma teoria, com o seu olhar ideológico.

O diálogo com o passado pode nos modificar. E o interlocutor morto não deve ser escolhido por já concordarmos com suas ideias. É importante sabermos que geógrafos importantes eram conservadores, elitistas e racistas. Nada melhoramos escondendo-os, pouco avançamos se não provarmos seus erros; e isto sem esquecer de que estes erros já foram acertados. Explicar concepções pretéritas

AGB, n. 54, jun. de 1977, p. 41-52), LEMOS, Amália et alii. “*Considerações a propósito de um artigo de Bernard Kaiser*” (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 51, jun. de 1976, p. 31-45), a bibliografia de Delgado de Carvalho quando o mesmo ainda era vivo (**Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.13, abril de 1944, p. 57-64) e uma crítica a um livro de Pierre Monbeig (“*Novos estudos de geografia humana brasileira*”, publicado em 1957): PENTEADO, A. Rocha. “*Novos estudos de geografia – homem brasileiro*” (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n.29, jul/58, p.97-99). O texto mais representativo de uma análise/homenagem a um geógrafo brasileiro foi o número especial do Boletim Paulista de Geografia: “*Os 70 anos de Pasquale Petrone*” (n.75, dez. 1998). E, tal como aconteceu com Josué de Castro em 1958, por ocasião do seu cinquentenário, tivemos na década passada o congresso dedicado a Milton Santos (1926-2001), intitulado “*O mundo do cidadão. O cidadão do mundo*”.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 95-132, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

separadas de seu contexto particular é tratá-las como se fossem parte do contexto a nós contemporâneo. Sem as localizar no tempo, não as explicamos e podemos até, por exemplo, criticar Malthus (1766-1834) por ele não ter sido, explicitamente, favorável à pílula anticoncepcional.

Não há conhecimento sem sujeito, e o conhecimento da relação deste com um fato, uma análise ou uma proposta por nós estudada, possibilita u'a maior compreensão dos mesmos. É importante destacar que ele foi socialmente condicionado, carregou as características do meio social, de sua visão sobre a realidade social, da concepção de ciência da época. Também precisa ser lembrado que o afastamento no tempo possibilita uma percepção mais vasta, mais profunda. Um autor nem sempre conhece o futuro de suas propostas. A aparição das consequências destas propostas permite o novo olhar, pois com a emersão dos efeitos, é que se pode avaliar melhor. Nunca devemos nos esquecer que conhecemos o futuro dos que já viveram e pensaram a sociedade.

O saber é ilimitado; a adição de conhecimentos amplia a quantidade de nosso saber e transforma, qualitativamente, a nossa visão, desde que estejamos aptos a realizar perguntas. As dissertações e teses que lemos contêm falhas ou incorreções, e este é um dos preços pagos pelos pioneiros; mas têm mais valor do que aqueles que, depois deles – mas graças a eles – erram menos. E os profissionais de Geografia, como mostrou o nosso precário levantamento, precisam olhar mais para seu passado. Existem muitas *vozes esquecidas*, e se não dermos fala às mesmas, o nosso caminhar será mais difícil.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Carlos Alberto de Cunha. **A Geografia Crítica**: uma filosofia de educação. 1993. 141f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas (SP).

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Oliveira Vianna e a unidade – identidade do espaço brasileiro**. 1995. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

_____. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira**: Everardo Adolpho Backheuser. 2000. 274f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha**: uma avaliação. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

_____. **A visão sobre a Amazônia brasileira**: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940. 1995. 246f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

ARAÚJO, Regina. **No meio da multidão**: um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia. 1992. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Edilson Alves. **A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de Estado no Brasil**. 1997. 204f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. **O ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971**. 1984. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. 4^a. ed. São Paulo: Contexto, 1998 (c. caminhos da geografia).

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942**. 1994. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Solange Terezinha de Lima. **A percepção geográfica da paisagem das Gerais no “Grande Sertão: Veredas”**. 1990. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

MEC – Secretaria da Educação Superior. **Projeto Diagnóstico e avaliação do ensino de geografia no Brasil**. Brasília [s. n.], dezembro de 1984.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOG – USP, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: HUCITEC, 1988. (c. geografia: teoria e realidade)

OLIVA, Teresinha Alves de. **O pensamento geográfico de Manoel Bomfim**. 1998. 189f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

PRÉVE, Orlandina de Silva Damian. **A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção da metodologia do ensino da Geografia**. 1988. 316f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

RECLUS, Elisée. **Elisée Reclus: geografia**. São Paulo: Ática, 1985 (c. grandes cientistas sociais, 49).

SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação**. 1984. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro para uma poética da fome**. 1998. 596f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (SP).

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. 120 f. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

WANDERLEY, Vernaide Medeiros. **A Pedra do Reino: Sertão vivido de Ariano Suassuna**. 1997. 173f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

Sítios consultados:

www.capes.gov.br - junho 2002

www.geografia.fflch.usp.br

www.geografia.fflch.usp.br

posgrad@prudente.unesp.br

www.rc.unesp.br

Artigo submetido em: 23/07/2009

Aceito para publicação em: 05/09/2012

Publicado em: 05/09/2012